



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENHIMENTOS LOCAIS

GUSTAVO DÓREA CARNEIRO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL:
O ESTADO DE SERGIPE, DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO
MERCADO DE CRÉDITO

São Cristóvão-SE
2010

GUSTAVO DÓREA CARNEIRO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL:
O ESTADO DE SERGIPE, DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO
MERCADO DE CRÉDITO**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em desenvolvimento regional e gestão de empreendimentos locais, do Núcleo de pós-graduação e pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Nóbrega

São Cristóvão-SE
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Carneiro, Gustavo Dórea

Desenvolvimento econômico regional: o Estado de Sergipe, desafios e oportunidades no mercado de crédito / Gustavo Dórea Carneiro. - 2010. 75 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Nóbrega.

1. Desenvolvimento econômico – Sergipe. 2. Bancos de desenvolvimento. 3. Crescimento econômico. I. Nóbrega, Wagner, orient. II. Universidade Salvador – UNIFACS. III. Título.

CDD: 338.9813

GUSTAVO DÓREA CARNEIRO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL:
O ESTADO DE SERGIPE, DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO
MERCADO DE CRÉDITO**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em desenvolvimento regional e gestão de empreendimentos locais, do Núcleo de pós-graduação e pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Wagner Nóbrega

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná:
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Marco Antonio Jorge

Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo:
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Saumíneo da Silva Nascimento

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe:
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

São Cristóvão - SE, 16 / 07 / 2010

Este trabalho contou com a colaboração da minha família, que me apoiou nos momentos mais difíceis. Agradeço ao orientador, Prof. Dr. Wagner Nóbrega, por suas pertinentes intervenções e lúcida contribuição ao presente trabalho. Registro sinceros agradecimentos a todos os professores e colaboradores do Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe, pelo profissionalismo e dedicação. Especial menção ao coordenador do Núcleo de Economia, Prof. Dr. Marco Antonio Jorge, cuja presteza se mostrou elemento essencial ao êxito dos alunos da turma 2007. A todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste projeto pessoal. Muito obrigado.

"O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis". (Fernando Pessoa)

RESUMO

O presente trabalho trata do estudo do desenvolvimento econômico regional, o desenvolvimento sustentável e a participação do Estado, através dos Bancos de Desenvolvimento. Para tal, é feita uma releitura das principais correntes sobre desenvolvimento econômico, desde os economistas clássicos até as concepções de desenvolvimento regional com intervenção estatal. Apresenta-se um histórico dos Bancos de Desenvolvimento no mundo, sua caracterização, objetivos e a relação entre sua atuação no mercado e o desenvolvimento econômico. No Brasil, a intervenção estatal a partir de 1950 levou à criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), os quais, através da ação de crédito produtivo subsidiado e assessoria técnica especializada, constam responsáveis por significativos incrementos nos indicadores de desenvolvimento verificados na região na segunda metade do século XX, alterando sua estrutura econômica. Como complemento, é feita uma abordagem sobre o panorama econômico do Estado de Sergipe. A partir de uma verificação dos setores produtivos mais ou menos dinâmicos da economia local, suas potencialidades e lacunas, abrem-se perspectivas de estudo do desenvolvimento sob o prisma tanto macroeconômico, na forma de planejamento e decisão em políticas públicas, inclusive crédito produtivo subsidiado, como sob o enfoque microeconômico, na forma de oportunidades e desafios para o mercado de crédito bancário em geral, e crédito bancário público em particular.

Palavras-Chave: 1. Desenvolvimento econômico, 2. Bancos de Desenvolvimento, 3. Banco do Nordeste, 4. Política Econômica, 5. Crédito Bancário.

ABSTRACT

This paper deals with the study of regional economic development, sustainable development and participation of the State, through the Development Banks. To this end, there is a reinterpretation of the main currents in development economics, since the classical economists to the concepts of regional development with state intervention. It presents a history of Development Banks in the world, its characterization, its goals and the relationship between its performance and economic development. In Brazil, state intervention in 1950 led to the creation of Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) and the Constitutional Financing Fund of the Northeast (FNE), which, through the action of productive credit subsidized and specialized technical assistance, mainly, appear responsible for significant increases in development indicators in the region occurred in the second half of the twentieth century, changing its economic structure. As a complement, is made an approach about the economic outlook of the state of Sergipe. From an examination of the productive sectors more or less dynamic local economy, their strengths and gaps open up prospects for the study of development through the prism both macroeconomic, in the form of planning and decision-making in public policy, including subsidized credit, as under the microeconomic approach in the form of opportunities and challenges for the banking credit market in general and public bank lending in particular.

Keywords: 1. Economic Development, 2. Development Banks, 3. Northeast Bank, 4. Economic Politic, 5. Bank Credit.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ativos do BNB e do FNE de 1994 a 2007	50
Tabela 2	Participação das Atividades Econômicas no Valor adicionado Bruto de Sergipe a Preço Básico de 2006	55
Tabela 3	Utilização das Terras de Sergipe (em hectares) – 1996 e 2006	58
Tabela 4	Principais culturas de Sergipe segundo a área Plantada – 2000 e 2007	60
Tabela 5	Efetivos Pecuários e Produção de Origem animal – Sergipe – 2000 e 2007	61
Tabela 6	Número de trabalhadores formais na agropecuária, Sergipe – 2008	62
Tabela 7	Indústria geral de Sergipe: Valor transformação industrial em 2006	63
Tabela 8	Pessoal ocupado em atividades industriais – Sergipe – 2000 e 2008	64
Tabela 9	Pessoal ocupado em atividades industriais – Sergipe – 2000 e 2007	65

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Recursos naturais: tipos e exemplos	27
Quadro 1	Benefícios econômicos da Gestão Ambiental	32
Quadro 2	Comparação de modelos	35
Figura 2	Estrutura Organizacional da ABDE	42
Figura 3	Participação dos Setores no PIB – 2007	58

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1.	CONCEITO	15
2.2.	DESENVOLVIMENTO SEGUNDO OS ECONOMISTAS CLÁSSICOS	15
2.3.	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	20
2.4.	NOVOS CENÁRIOS E NOVOS CONCEITOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	21
2.5.	FONTES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	22
2.5.1.	Valoração dos novos fatores de produção.....	24
2.6.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	26
2.6.1.	Recursos Naturais.....	26
2.6.2.	Meio Ambiente.....	28
2.6.3.	Gestão Ambiental.....	30
2.6.4.	Sistema de Gestão Ambiental (SGA).....	32
2.6.5.	Conceito de Desenvolvimento Sustentável	33
3.	OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO.....	37
3.1.	CONCEITOS, CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS	37
3.2.	UM HISTÓRICO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	39
3.3.	O PROCESSO DE INVESTIMENTO E OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO.....	43
3.4.	RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO BANCÁRIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	45
4.	ASPECTOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL	47
5.	O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.....	48
5.1.	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DO BANCO DO NORDESTE.....	48
5.2.	FONTES DE RECURSOS	50

5.3.	A AÇÃO DO BNB E A MUDANÇA ESTRUTURAL DA ECONOMIA NORDESTINA	51
5.4.	A CONTRIBUIÇÃO À MODERNIZAÇÃO REGIONAL	52
6.	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E ESTRUTURA PRODUTIVA DE SERGIPE	53
6.1.	DESENVOLVIMENTO RECENTE DA ECONOMIA.....	53
6.2.	ESTRUTURA PRODUTIVA	55
6.2.1.	As Atividades Agropecuárias.....	58
6.2.2.	As Atividades Industriais.....	62
6.2.3.	As Atividades de Serviços.....	64
6.2.4.	As Micro, Pequenas e Médias Indústrias	65
7.	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	71

1. INTRODUÇÃO

A saga do desenvolvimento econômico sempre foi uma das maiores buscas da humanidade. Os problemas relacionados com a escassez relativa dos bens são preocupações que estiveram presentes em muitas gerações, em quase todos os povos, desde os tempos mais remotos. Desde então, não foram poucas as tentativas do homem de explorar os recursos naturais da Terra para produzir riquezas de forma crescente, distribuí-las de modo equânime e garantir melhor qualidade de vida aos seus descendentes. Certamente, as contribuições que a teoria econômica pôde dar a essa causa foi o legado mais importante que deixaram nossos pensadores.

Neste trabalho, entra-se no terreno das possibilidades do desenvolvimento econômico. Sabe-se que não existe a fórmula perfeita e que cada problema merece exame específico do conjunto Estrutura-Conjuntura, para que se possa aplicar a política econômica específica. Pretende-se explorar no texto a relação geral entre o Estado e o Investimento na economia, sua interdependência, dentro do contexto de busca pelo desenvolvimento econômico.

O capítulo 2 trata do estudo do desenvolvimento econômico, seus conceitos, correntes e principais desafios. Para tal, é feita uma releitura dessas teorias do desenvolvimento econômico e das questões centrais da problemática do desenvolvimento, que passam, consensualmente, pela necessidade da conjunção de múltiplos fatores econômicos e sociais existentes em uma sociedade, apresentando, portanto, dificuldades e soluções mais complexas que a “mera” busca pelo crescimento da produção de uma economia. Apresenta ainda as peculiaridades do desenvolvimento regional, suas teorias e fontes, e especificidades existentes num país como o Brasil além do desenvolvimento sustentável, suas diretrizes, importante ramo do desenvolvimento econômico, e elemento constante de todas as modernas agendas sobre o tema no mundo.

No capítulo 3, apresenta-se um histórico dos Bancos de Desenvolvimento no mundo, sua caracterização, objetivos e a relação entre sua atuação no mercado e o desenvolvimento econômico. Recorrendo a uma análise do trabalho produzido por essas instituições, procura-se avaliar sua importância e contribuições para a sociedade.

No capítulo 4, são apresentados o contexto e os fatores históricos do Brasil de 1950 que levaram às intervenções as quais propiciaram a criação, entre outros instrumentos de mitigação das disparidades regionais, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). São ainda evidenciados a participação desses instrumentos entre os responsáveis pelos significativos incrementos nos indicadores de desenvolvimento verificados na região Nordeste na segunda metade do século XX, alterando sua estrutura econômica.

O capítulo 5 discorre sobre o Banco do Nordeste, sua criação, funções, fontes de recursos e modelo de atuação, apresentando evidências de que sua criação modificou a estrutura econômica da região, diversificando sua produção agrícola, fortificando sua indústria, e ampliando o setor de serviços.

No capítulo 6, é feita uma abordagem sobre o panorama econômico do Estado de Sergipe, apresentando sua estrutura produtiva, discorrendo sobre os seus principais setores, e apresentando, a partir de uma verificação dos setores mais ou menos dinâmicos da economia local, suas potencialidades e lacunas, abrindo perspectivas de estudo do desenvolvimento sob o prisma tanto macroeconômico, na forma de planejamento e decisão em políticas públicas, como sob o enfoque microeconômico, na forma de oportunidades e desafios para o mercado de crédito bancário em geral, e crédito bancário público em particular.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. CONCEITO

Segundo a leitura de inúmeros autores, Desenvolvimento Econômico não possui um conceito universalmente aceito.

Uma primeira corrente de economistas, mais teórica, considera crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, conceito já ultrapassado. Uma segunda corrente, mais voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente. (SOUZA, 2009, p.5)

Segundo Souza (2009), no primeiro grupo, enquadram-se modelos de desenvolvimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração keynesiana, como de Harrod, Domar e Kaldor. Na segunda corrente, economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1957), embora com raízes ortodoxas, realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas. Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora estejam presentes recursos ociosos, como terra e mão-de-obra. Ele não utilizaria integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades.

2.2. DESENVOLVIMENTO SEGUNDO OS ECONOMISTAS CLÁSSICOS

Inicialmente, registra-se que inúmeros são os pensadores mas, dada a necessidade de enfoque do tema do nosso estudo, alguns podem não vir a serem profundamente abordados.

ADAM SMITH é considerado por muitos o “pai da economia moderna”, e o mais importante teórico do liberalismo econômico. É o autor de "*Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*", sua obra mais conhecida. Para ele, a riqueza das nações resultava da atuação de indivíduos que, movidos apenas pelo seu próprio interesse, promoviam o crescimento econômico e a inovação tecnológica.

Ao contrário dos mercantilistas e fisiocratas, que consideravam os metais preciosos e a terra como principais fatores da riqueza nacional, para Adam Smith (1723-1790), o elemento essencial do aumento dessa riqueza é o trabalho produtivo. O volume de produto obtido por trabalhador, em um dado período de tempo, depende da intensidade do capital, da tecnologia e da divisão do trabalho, possibilitada pelo aumento da dimensão dos mercados:

Com a teoria do valor-trabalho, Adam Smith restabeleceu o importante papel da indústria no desenvolvimento das forças produtivas. É a indústria que gera economias de escala e rendimentos crescentes, neutralizadores dos rendimentos decrescentes da agricultura, que dependem da fertilidade do solo e das condições climáticas. A partir dessa visão, escreveu a sua principal obra e estabeleceu os princípios da Economia Política, justamente quando transcorriam as primeiras fases da Revolução Industrial na Inglaterra e se consolidava o capitalismo industrial moderno.(SOUZA, 2009, p.58)

Sofrendo forte influência da obra de Adam Smith, "A Riqueza das Nações", **DAVID RICARDO** (1772-1823) estudou e escreveu sobre questões de economia política, sendo considerado o sucessor de Smith. Preocupa-se com a formação da riqueza nacional e distribuição entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra.

Ricardo não se preocupou com o valor em si, mas com os fatores que afetam as variações do valor. Continuava com a idéia de que os preços das mercadorias são proporcionais ao volume de trabalho incorporado. A tecnologia, afetando a produtividade, faz variar o valor do bem final.

Segundo ele, o grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, incapaz de produzir alimentos baratos para consumo dos trabalhadores. Isso elevava os salários nominais e os fundos de salários, necessários para adquirir meios de produção e aumentar o nível do produto. Na verdade, a grande preocupação de Ricardo era determinar as leis que regulam a distribuição do produto entre proprietários, capitalistas e trabalhadores, na forma da acumulação de capital e do crescimento demográfico, bem como da habilidade, engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura. Esta seria a principal questão da Economia Política (RICARDO,1982, p.39, apud SOUZA, 2009, p. 65).

MARX construiu sua análise com base na teoria do valor-trabalho, esboçada por Petty e desenvolvida por Adam Smith, segundo a qual a quantidade

de trabalho incorporada em um bem constitui a base de seu valor de troca. Marx diferenciou valor quantitativo do valor qualitativo. Desse modo, a força de trabalho considerada no valor é homogênea, representando a produtividade média da economia. O trabalho expressando o valor, implica que as rendas que não derivam do trabalho são condenáveis por serem fruto da “exploração da classe operária” (MARX,1890, v.1, p.243, apud SOUZA, 2009, p.810).

Ao estudar determinado fato histórico, Marx procurava seus elementos contraditórios, para saber qual o responsável por sua transformação num novo fato, dando continuidade ao processo histórico, método dialético.

Assim, a base material ou econômica, concepção materialista da história, constitui a "infraestrutura" da sociedade, que exerce influência direta nas instituições jurídicas, políticas e ideológicas da época. Esse modo em que a produção é realizada é fator determinante para a estrutura social.

Segundo Marx, a base material é formada por forças produtivas e pelas relações de produção. Com o desenvolvimento das forças produtivas, há a formação do conflito entre os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção. A resolução destes conflitos se dá em favor das forças produtivas, surgindo novas relações de produção. Com isso, a estrutura social também se modifica.

Thomas Robert **MALTHUS**, economista e demógrafo britânico (1766-1834), estabeleceu em 1798 a teoria da população, cujos princípios foram amplamente utilizados pelos economistas clássicos.

Segundo ele, haveria um problema demográfico em andamento no mundo. Desse argumento decorre o princípio da população, segundo o qual esta cresce em progressão geométrica enquanto os meios de subsistência, em progressão aritmética. Logo, o crescimento da população tenderia sempre a superar a produção de alimentos, tornando necessário o controle da natalidade.

O principal fator do crescimento demográfico seria a disponibilidade de alimentos, mas existem outros estímulos:

- a) importação de alimentos mais baratos;
- b) a Lei dos pobres (lei então existente na Inglaterra, segundo a qual as paróquias deveriam ajudar a alimentar os pobres);
- c) casamentos precoces (estimulados pelos nobres, para aumentar a oferta de soldados); e

- d) o aumento dos “vícios” (prática do sexo antes do casamento, promiscuidade e prostituição) (MALTHUS, 1983, apud SOUZA 2009, p.102).

Da análise da **TEORIA EVOLUCIONÁRIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, Souza (2009, p. 245) depreende-se que enquanto a abordagem do *rent seeking* afirma que, para aumentar a eficiência econômica e maximizar o bem-estar social, é necessário mais mercado e menos Estado, a teoria evolucionária reconhece a existência de falhas de mercado, assim como falhas de governo. Isso se explica porque as instituições envelhecem e precisam de ajustamentos contínuos, para aumentar a eficiência e melhorar sua função no desenvolvimento.

Cabe ao Estado, como regulador social e como grande entidade macroeconômica, realizar as funções de alocação e distribuição de recursos, com a finalidade de criar formas de reduzir as falhas decorrentes de mercado, combinada com uma melhor eficiência da administração.

Para Souza, a própria definição do termo *desenvolvimento*, ao ser diferenciado de crescimento, traz implícita a idéia de transformação e de evolução. Isso se explica por que esse conceito incorpora a noção de mudanças das estruturas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, enquanto no termo *crescimento* está implícita apenas a idéia de expansão quantitativa do produto ou emprego (SOUZA, 2009, p.245).

A Teoria Evolucionária de Ranajit Guha cuja tese é a de que o crescimento econômico se interpreta melhor em função do processo evolucionário. As instituições adaptam-se continuamente ao meio sociocultural, que afeta as motivações individuais, resultando em ações que transformam a estrutura social. Isso ocorre porque o processo de seleção natural dotou o organismo individual com um conjunto de instintos relativos à sobrevivência, que necessitam de constantes adaptações ao meio em que está inserido. Desse modo, o comportamento do homem em relação ao ambiente torna-se adaptativo. Ele obtém especializações e vantagens comparativas e organiza-se econômica e socialmente em função do ambiente. Grupos de indivíduos evoluem geneticamente de acordo com o meio em que se inserem. Sua integração a outros grupos evita a degeneração e provoca sua evolução biológica. O mesmo ocorre com as instituições econômicas e sociais (GUHA 1981, p.9, apud SOUZA, 2009, p.250).

Para Guha, a escolha de políticas de ajustamento das sociedades a seu ambiente, em conformidade com as necessidades humanas, tem estado presente na história das instituições, mesmo nos Estados liberais. Ele afirma que as adaptações dos indivíduos e das instituições ao ambiente podem se dar em detrimento de outros grupos ou ocorrer de forma incorreta, diante das imperfeições do mercado. Caberia então ao Estado regular a ação dos agentes econômicos e agir maximizando o bem-estar social.

O modelo liberal tradicional de Estado é o *contratual*, baseado na comunidade de interesses. O Estado aparece como provedor de bens públicos e de economias externas. Esses bens, como defesa e ordem pública, um indivíduo isolado não poderá suprir. A paz e a ordem interna e externa, proporcionadas por instituições eficientes e estáveis, têm sido indispensáveis para o desenvolvimento da produção e do comércio (GUHA, 1981, p.21 apud SOUZA, 2009, p.250).

Guha salienta que em decorrência da insegurança gerada pelas intempéries, os custos e os riscos são majorados, o que faz diminuir a taxa de lucro da economia.

A visão contratual focaliza a harmonia de interesses dentro de uma comunidade e o Estado aparece, portanto, como um maximizador do bem-estar de todos os indivíduos, no sentido de Pareto. O modelo do poder político tem sido mais real do que o contratual. O Estado constitui-se de uma hierarquia de relações de poder, que age em proveito de certas classes, provocando conflitos de interesses. Existem limitações tecnológicas e legais ao exercício do poder. As interações entre os grupos resultam num processo de barganha política. Dado o estoque de recursos e a organização sociopolítica, o processo de desenvolvimento é visto, portanto, como resposta do setor produtivo e da sociedade em seu conjunto às oportunidades e às mudanças proporcionadas pelo ambiente, originando contínuas pressões e adaptações (SOUZA, 2009, p.250).

Guha classifica as forças motivadoras do crescimento dividindo-as em forças primárias e forças induzidas, por meio dos mecanismos de multiplicação e de aceleração. Afirma que os impulsos autônomos do crescimento derivam:

- (a) da expansão das exportações e de transferências líquidas do exterior;
- (b) do crescimento demográfico;
- (c) do efeito demonstração sobre o consumo; e
- (d) dos gastos militares.

Assim, as exportações estimulam as atividades ligadas e exercem efeitos de encadeamento sobre o emprego e a renda. O crescimento demográfico, por sua vez, expande a demanda de bens de consumo, como alimentos, vestuário e habitação. A pressão populacional inicialmente deteriora a renda per capita, induzindo mais tarde a adoção de inovações na agricultura, o que provoca aumento de eficiência. A adoção de padrões de consumo do exterior e das classes de maior renda do próprio país estimula as inovações, a demanda de bens de consumo duráveis e de alta tecnologia. O efeito demonstração tem também levado as pessoas a disputar maiores rendas, a fim de constituir poupança para consumo futuro (SOUZA, 2009, p. 251).

2.3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para Boiser, (1996, p.112), há motivos de ordem *macro* e de ordem *micro* para que haja, em cada país, um interesse muito sério, tanto do ponto de vista intelectual quanto político, no desenvolvimento territorial, entendido no seu sentido lato.

Segundo o autor, na perspectiva *macro*, as tendências políticas e econômicas de escala mundial estão provocando mudanças significativas na geografia política, ao gerarem, simultaneamente, processos aparentemente contraditórios e que tendem a desconfigurar o conceito de Estado nacional, a produzir estruturas semelhantes à *quase-Estados supranacionais* (como os organismos da União Européia) e a dar vida a *territórios dentro dos países (subnacionais)* e a *idades*, os quais passam a ser novos atores na competição internacional por capital, tecnologia e mercados.

Há uma percepção crescente sobre o conflito entre a manutenção de estruturas decisórias centralizadas e o objetivo em tornar-se competitivo através da descentralização. Para Boiser, quando há esta constatação, é permitido haver uma previsão ampla e progressiva da demanda pela descentralização, possibilitando o remanejamento territorial.

Segundo ele, na perspectiva *micro*, reconhece-se cada vez mais o fato simples e irrefutável de que a realização do projeto de vida de cada indivíduo depende significativamente do comportamento do *entorno* em que ele vive. A

avaliação periódica — e muitas vezes negativa — dessa relação constituiu, pelo menos em parte, motivo para muitas decisões de migração.

Ainda segundo Boiser, uma parcela importante do conhecimento que se tinha sobre o fenômeno do desenvolvimento regional deixou de ter relevância, entre outros motivos, pela transformação de contextos econômicos *fechados* em *abertos* e pelos efeitos da revolução científica e tecnológica sobre o *papel da distância* (BOISER, 1996, p.112).

Isso explica a renovação epistemológica em marcha. Os fundamentos científicos do conhecimento sobre *regionalidade* estão em plena transformação e não é fácil uma previsão do resultado final ou definitivo. Talvez o único fator evidente seja a consciência do absurdo de permanecer apegado ao passado (BOISER, 1996, p.113).

Amaral Filho (1996, p.36), em sua abordagem sobre o desenvolvimento regional, expõe que nos últimos anos, as teorias sobre desenvolvimento regional sofreram grandes transformações provocadas de um lado, pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e o surgimento de novos padrões de industrialização e de desenvolvimento local e, de outro, pelos novos paradigmas surgidos no âmbito da própria teoria macroeconômica do desenvolvimento, cujo destaque corre à conta da *teoria do crescimento endógeno*. Por sua vez, essas causas estão associadas, seja ao fenômeno da globalização das economias, seja ao fenômeno da economia regional deixar de ocupar um lugar secundário na ciência econômica. Acrescenta-se, ainda, que o novo papel do Estado, imposto pela crise fiscal-financeira, bem como pelos novos modelos institucionais e produtivos, entre os quais a descentralização, reduziu e redirecionou os instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional em poder do Estado central, fato que gerou múltiplas alternativas em matéria de regulação estatal, e planejamento regional e local.

2.4. NOVOS CENÁRIOS E NOVOS CONCEITOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Segundo Boiser (1996, p.113), a abordagem de uma concepção atualizada e contemporânea do desenvolvimento regional leva a reconhecer que se trata de um processo em curso, com três cenários interdependentes e de recente configuração: um cenário contextual, um cenário estratégico e um cenário político. O

novo cenário contextual é o resultado da interação de dois notáveis processos que estão, atualmente, presentes em todos os países, a globalização e a descentralização.

Para Boiser, a globalização impulsiona o processo de abertura externa do mercado, bem como o processo de *abertura interna* é impulsionado pela força da *descentralização*. A abertura externa seria um processo essencialmente econômico, enquanto a abertura interna refere-se a um processo político.

Ora, a abertura externa é perseguida com o objetivo de enquadrar as exportações nacionais em dois espaços do comércio internacional: em modernidade e em competitividade. Ocupar o espaço da modernidade significa vender produtos e/ou serviços com um elevado conteúdo de progresso técnico, algo que costuma ser medido por meio da proporção de valor agregado no preço final. Ocupar o espaço da competitividade significa vender produtos e/ou serviços com capacidade para aumentar, sistematicamente, a própria participação de mercado em segmentos produtivos e/ou de serviços também em expansão (BOISER, 1996, p.114).

Um efeito particularmente importante da globalização aparece no plano da política e da geografia política mundial. Na estruturação dos grandes blocos econômicos, como na União Européia, ocorre certa desconfiguração devida a um simultâneo fortalecimento do Estado nacional e outras estruturas que indicam a existência de um quase Estado supranacional. Paralelamente, assiste-se ao fortalecimento das cidades e regiões, que surgem como novos atores na competição internacional por capital, tecnologia e mercados. É como se a globalização funcionasse como uma espécie de lente convexa: quando se olha para um lado, está-se privilegiando o micro; quando se olha para o outro, está-se privilegiando o macro (BOISER, 1996, p.114).

2.5. FONTES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Jair do Amaral Filho, em artigo sobre desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista, classifica em três, as fontes para as políticas de desenvolvimento endógeno. As fontes citadas deverão corresponder à autonomia relativa de cada unidade da federação, sendo que esta autonomia deverá ser exercida de forma cooperada.

Salienta-se que a União deverá desempenhar fundamental papel para garantir políticas de desenvolvimento equilibradas entre as regiões.

O papel do Estado federado, a partir da década de 50 o Estado agiu de forma intensa na economia concedendo subsídios e intervindo na produção. Como conseqüência, aumentou-se a dívida pública, diminuindo a capacidade da própria intervenção estatal no processo de crescimento e desenvolvimento econômicos ao longo das décadas.

Segundo Amaral Filho (1996, p.54), uma nova fase de crescimento duradouro da economia brasileira e de suas regiões somente será conseguida por meio de uma reforma do Estado, com a reformulação do seu papel e um ajuste fiscal estruturante. No entanto, essas transformações não devem ficar somente no âmbito do governo federal, mas também das unidades federadas. Cada estado da Federação deve igualmente proceder a reformas e ajustes que impliquem na mudança do padrão de gestão pública e no aumento do grau de eficiência na utilização dos recursos financeiros, para que sejam condizentes com o aumento da autonomia decisória, fiscal-financeira, aplicada pela Constituição de 1988. Esse resultado vai ao encontro do desenvolvimento endógeno e da formação do novo pacto federativo.

Como estratégia de desenvolvimento regional, a intervenção do Estado com a liberação de recursos para o desenvolvimento regional deverá vir não apenas com a liberação de crédito, mas através de estratégia econômica de capitalização das poupanças e investimentos públicos e privados.

O desenvolvimento regional sustentado não pode prescindir de investimentos de infra-estrutura como energia, transporte, telecomunicações, abastecimento de água, etc.

A formação de uma infraestrutura adequada implica na atração do capital privado para as estas regiões com oferta de base operacional, em decorrência da redução de custos de transação, custos de produção, de transporte (etc.), provocando ampliação de suas atividades e conseqüentemente no emprego e na renda.

As políticas regionais como polos de crescimento e formação de distrito industrial impulsionam vantagem competitiva, pois esta concentração geográfica converge para o aumento da produtividade em decorrência, por exemplo, da concentração de fornecedores e clientes, de conhecimento, tecnologia e logística em

uma determinada região, criando condições estratégicas ao negócio, diferente das condições tradicionais conhecidas.

Com a criação de um polo de crescimento, os efeitos multiplicadores se propagam transformando determinada região em um aglutinador de fatores e novas atividades econômicas.

Ressalvamos, todavia, de que a criação desses polos deve estar sempre ligada a um planejamento ligado à vocação da região e a formação de um sistema produtivo. Assim, as empresas, indústrias e/ou setores ali localizados terão maior estrutura competitiva corroborando com o desenvolvimento regional sustentável. Conseqüentemente, todo o sistema produtivo local será retroalimentado de forma dinâmica, desenvolvendo o restante da cadeia produtiva.

2.5.1. Valoração dos novos fatores de produção.

Recursos naturais, capital e trabalho, fatores de produção tradicionais, não são mais exclusivos na análise da competitividade econômica, devendo ser verificados a estratégia, impactos ambientais e outros fatores para otimização do crescimento e da sustentabilidade do desenvolvimento da região tais como: capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente. (AMARAL FILHO, 1996, p.59).

A força de trabalho e o capital intelectual deverão ser valorizados, pois são eles que garantem a evolução da produção social e das relações sociais livres de qualquer sistema estático, sendo fundamental investimentos em educação, saúde e segurança alimentar. Como extensão do capital humano, a atuação por meio de política científica e tecnológica formam a base qualitativa do crescimento e desenvolvimento.

Para manutenção do sistema produtivo ágil e eficaz, a concentração da informação e o conhecimento permitem a rápida circulação sobre o mercado e novidades produtivas, acelerando o processo de aprendizagem dos agentes.

Quanto às Instituições, Amaral Filho (1996, p.59) aponta que:

[...] públicas e privadas, visíveis e invisíveis, adequado é o desenvolvimento em escala ampliada. A modernização e adequação das instituições devem preparar e tornar a sociedade e a economia, ou o aparelho estatal e o mercado (locais ou regionais), mais abertos e flexíveis aos novos paradigmas de desenvolvimento, de maneira

que as inovações se tornem uma rotina dentro do sistema. Contudo, o papel das instituições também é importante para apoiar a manutenção do equilíbrio entre cooperação e concorrência entre os agentes do sistema”.

Por fim, como análise do meio ambiente deve-se atentar para utilização racional dos insumos, bem como o impacto da produção no meio ambiente.

O autor resume da seguinte forma:

O aspecto novo oferecido pela teoria do crescimento endógeno é a consideração de que esses fatores não são isolados da produção econômica, pois dela fazem parte. Gastos despendidos, principalmente com os três primeiros itens, devem ser considerados como investimentos produtivos, e não como simples gastos isolados. Incorporados efetivamente ao processo produtivo, esses fatores permitem uma melhor utilização do capital físico e aumentam sua produtividade, ao mesmo tempo em que aumentam as taxas de retorno econômico e social. Além disso, como diz Porter (1991), ao contrário dos fatores tradicionais, geradores de vantagens (comparativas) estáticas, os *novos* fatores são responsáveis pelas vantagens (competitivas) dinâmicas; isto é, fatores que permitem a geração de diferenciações realmente competitivas e, principalmente, permitem à região ou à economia local o desenvolvimento endógeno de inovações pioneiras e rápidas, o que permite, segundo Schumpeter (1982), a apropriação dos bons resultados do ineditismo inerentes à autoria de uma inovação. (AMARAL FILHO, 1996, p.65)

É importante salientar o papel do Ministério da Integração Nacional como fonte de recursos para o desenvolvimento, uma vez dentre as suas competências regimentais, estão o estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Centro-Oeste – FCO e do Nordeste – FNE, que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e social dessas regiões, por intermédio de programas de financiamento aos setores produtivos.

Esses Fundos foram criados pela Constituição Federal de 1988 e tem como fonte de recursos 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Estes programas de financiamento buscam maior eficácia na aplicação dos recursos, de modo a aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar

novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda.

Os produtores rurais, as firmas individuais, as pessoas jurídicas e as associações e cooperativas de produção, que desenvolvam atividades nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infra-estrutura, comercial e de serviços, podem solicitar financiamentos pelo FNO ao Banco da Amazônia S.A., no caso da Região Norte; pelo FNE ao Banco do Nordeste do Brasil, no caso da Região Nordeste; e pelo FCO, ao Banco do Brasil S.A, no caso da Região Centro-Oeste.

2.6. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste ítem faz-se uma abordagem sobre desenvolvimento sustentável, a partir de dos conceitos de recursos naturais, de meio ambiente, gestão ambiental, sustentabilidade empresarial, passando pela discussão das teorias de desenvolvimento sustentável, por fim, abordando as formas de sua promoção.

2.6.1. Recursos Naturais

“Os recursos naturais [...] envolvem elementos ou parte do meio ambiente físico e biológico, como solo, plantas, animais, minerais e tudo o que possa ser útil e acessível à produção da subsistência humana” (BARBIERI, 2004, p. 6). Os recursos naturais podem ser classificados conforme figura a seguir.

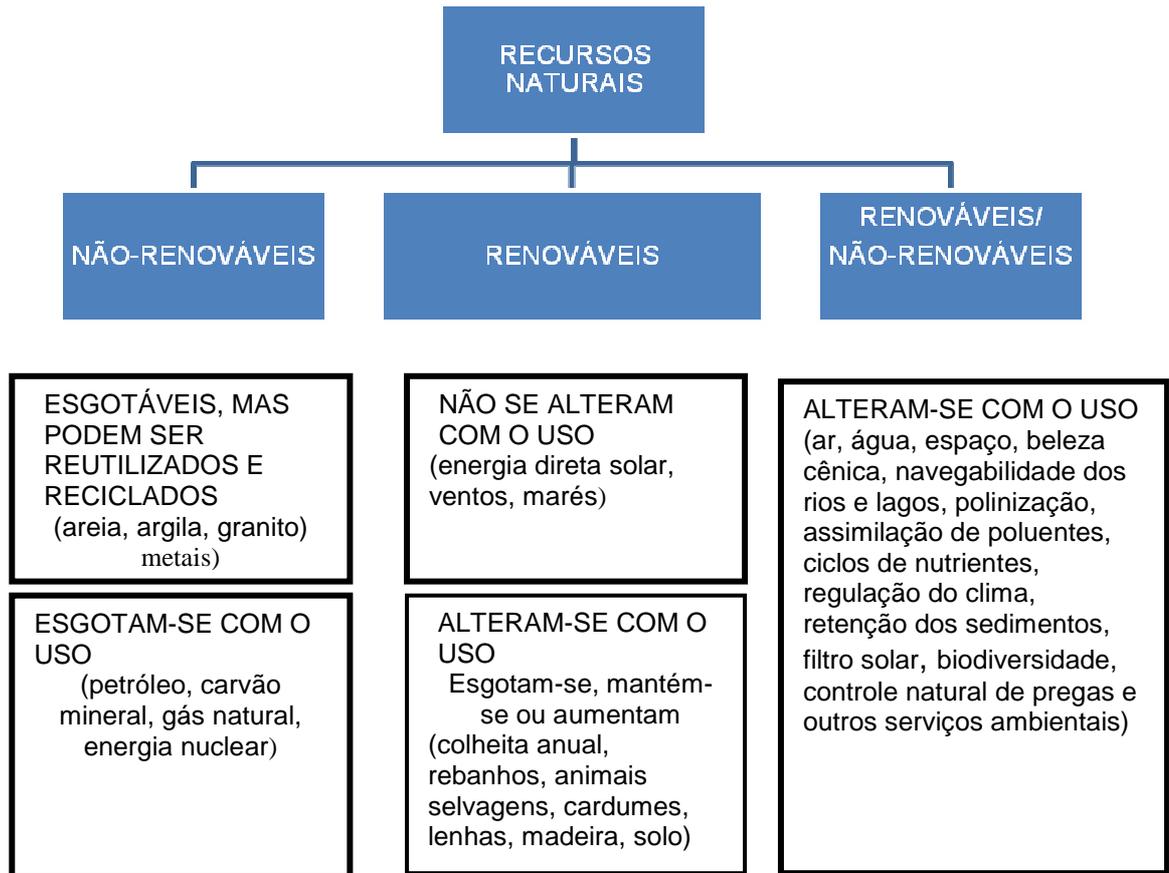


Figura 1 - Recursos naturais: tipos e exemplos

Fonte: Tivy (apud, BARBIERI, 2004, p.7).

À exceção da energia solar, os recursos naturais renováveis podem se extinguir, dependendo da maneira como os mesmos são utilizados pelo homem. As espécies vivas, por exemplo, têm a sua sobrevivência comprometida se a capacidade de reprodução for inferior à exploração por ela sofrida. Por outro lado, existe uma interdependência entre eles, de tal forma que o que acontece com um, interfere nos demais.

Cunha e Guerra (2006) classificam os recursos naturais em renováveis e não-renováveis, assegurando que a maioria é não-renovável, pois se explorados de forma indevida, extinguirão.

Os recursos minerais são quase todos não renováveis, devendo sua exploração ser planejada, porquanto os mesmos são finitos. Os minerais estão presentes em quase toda a atividade do ser humano, desde a construção da casa em que mora, na alimentação, nos remédios, nas vestimentas. Além dos cuidados que se deve tomar quanto ao seu uso, o transporte e manuseio dos minerais, se feitos de forma inadequada, podem ocasionar diversos danos ambientais. Os

minerais geradores de energia, além de escassos, podem gerar poluição atmosférica, e sua queima acarreta significativos custos sociais.

Recursos florísticos ou vegetais, embora sejam renováveis, se forem explorados de forma inadequada podem se esgotar, principalmente porque as pessoas praticam o desmatamento em grandes áreas sem levar em consideração os limites do próprio ambiente. “O que está em questão nesta exploração irracional dos recursos vegetais é a evidente redução da *diversidade genética*, das espécies e dos *ecossistemas* (CUNHA; GUERRA, 2006, p. 223, grifos dos autores). No Brasil, atualmente, os principais problemas quanto à biodiversidade são a expansão agropecuária na Região Amazônica e a exploração desordenada de madeira de lei. Por outro lado, as reservas das florestas equatoriais e tropicais têm servido de recursos para os nativos da região, quer pela exploração de madeiras, quer pelo aproveitamento das suas riquezas naturais, a exemplo de borracha, babaçu, erva-mate, castanha-do-pará, dentre outras.

Com relação aos recursos faunísticos ou animais, verifica-se que diversas espécies estão ameaçadas de extinção em virtude da caça predatória e da prática de atividades ilícitas. Salienta-se que a extinção não é reversível e o ônus financeiro é infinito. A agropecuária é um dos fatores que mais danifica a fauna silvestre. Outro fator que agrava a extinção de espécies animais são os resíduos provenientes dos lixos doméstico e industrial.

2.6.2. Meio Ambiente

Os termos “meio” e “ambiente” trazem de *per si* idéia de entorno, constituindo a expressão meio ambiente uma redundância. A palavra ambiente origina-se do verbo *ambio, embire* cujo significado é “andar em volta”. O prefixo latino *ambi* significa “ao redor de algo”. Desta forma, a expressão meio ambiente denota tudo que envolve os seres vivos. Dele fazem parte todos os elementos do Planeta Terra, tanto os naturais, quanto os alterados ou construídos pelo homem. Assim, compreende o meio ambiente, o ambiente natural, o artificial, o físico e o biológico, originais ou alterados, destruído ou construído pelo homem. Esses elementos representam a própria condição de vida dos seres na Terra (BARBIERI, 2004).

De acordo com o art. 129 da Constituição Federal, em vigor, no Brasil, o meio ambiente é um patrimônio Público e social, sendo necessário preservá-lo e cuidar de sua conservação e sustentabilidade, princípio orientado pela concepção de gestão ambiental.

Desde a década de 1970, a questão ambiental, no que se refere ao desenvolvimento, tem evoluído, constatando-se, no meio social, a preocupação com a sobrevivência dos recursos naturais. Em paradoxo, tem-se assistido ao agravamento das questões ambientais globais, em virtude da competitividade acirrada e do desejo ambicioso de obter-se lucratividade, mesmo que esse fato ameace a sobrevivência do próprio planeta.

Salienta-se que a Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1972, tem demonstrado interesse e preocupação com o assunto. Neste sentido, houve diversos debates a respeito do tema, e como resultados práticos “estabeleceram-se princípios a serem adotados para resolver as questões ambientais, bem como os compromissos assumidos [...]”. (SEBRAE, 1998, p.22).

A Conferência de Estocolmo foi a primeira a tratar das relações entre o homem e o meio ambiente, tendo como objetivo a “conscientização dos países sobre a importância de promover a limpeza do ar nos grandes centros urbanos, a limpeza dos rios nas bacias hidrográficas mais povoadas e o combate à poluição marinha”. (SEBRAE, 1998, p.22), culminando com a Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente.

A Agenda 21 constitui-se em um programa apoiado pelas Nações Unidas e pelas instituições da sociedade civil que promovem o desenvolvimento socioeconômico, devendo o mesmo ser implementado, durante o século XXI, pelos governantes, em todos os níveis, pelas Organizações Não-Governamentais (ONG's) e pelas instituições civis. Compõe a Agenda 21 um conjunto de iniciativas e ações que pretendem deter e, até, reverter toda prática que resulte em degradação de ecossistemas essenciais para a manutenção da vida na Terra ou que se constitua em desigualdades entre países ou entre grupos de qualquer natureza (DIAS, 2002).

Preocupados com a extinção das espécies marinhas, as causas do efeito estufa e as sinalizações de que as condições em que estavam estabelecidas e norteadas as relações sociais e de trabalho precisavam ser repensadas, sob a perspectiva das condições impostas aos ecossistemas, a questão do meio ambiente foi retomada na década de 90, mais precisamente em 1992, com a Conferência Rio

92, resultando em 1993 na criação, pela ONU, da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual deliberava acerca das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente: crescimento populacional, crise urbana, pobreza, consumo dos recursos naturais e industrializados e redução do consumo de água, inclusive pelo homem (SEBRAE, 1998).

A terceira conferência das Nações Unidas Nesta realizada, em Kyoto, no Japão, em 1997, tratou das questões relativas às mudanças climáticas, quando se fizeram representar mais de 160 países. Este evento objetivava: a) fixar, com os países desenvolvidos, compromissos de limitação e redução da emissão de dióxido de carbono e outros gases responsáveis pelo efeito estufa; b) possibilitar, para os países em desenvolvimento, a utilização de mecanismos de flexibilidade para que os países possam atingir os objetivos de redução de gases do efeito estufa (SEBRAE, 1998).

A Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação e aplicação no Brasil. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 99.274, datado de 06 de junho de 1990, o qual traz no seu bojo, a criação das estações ecológicas, as áreas de proteção ambiental, além de abordar a política nacional do meio ambiente.

Para administrar, os danos causados pela ação do homem ao meio ambiente, quer reduzindo-os ou prevenindo-os, surge a Gestão ambiental.

2.6.3. Gestão Ambiental

Ao falar sobre Gestão Ambiental, Barbieri (2004) salienta que esta expressão relaciona-se a diversas iniciativas voltadas para a questão ambiental, abrangendo três dimensões: a) dimensão espacial relativa à área que se espera que as ações implementadas tenham eficácia; b) dimensão temática que demarca quais as questões ambientais que devem ser atingidas pelas ações e c) dimensão institucional que se relaciona aos agentes que atuam nas iniciativas relacionadas à gestão. Destaque-se que todas as propostas de gestão ambiental devem satisfazer a essas três dimensões.

Barbieri (2004, p.22) ainda aponta uma quarta dimensão que é a filosófica e assim ele se posiciona:

A essas dimensões pode-se acrescentar a filosófica que trata da visão de mundo e da relação entre o ser humano e a natureza, questões que sempre estiveram entre as principais preocupações humanas como mostram as incontáveis obras artísticas, filosóficas e científicas de todos os tempos.

A acepção filosófica é muito importante, pois está voltada para o indivíduo. Não adiantam políticas a favor do meio ambiente se o ser humano não absorver a cultura de que ele não deve degradar o ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Inicialmente, as práticas de gestão ambiental originavam-se de ações governamentais, para suprir a escassez de recursos. Aos poucos, foram surgindo agentes de outras áreas que também contemplaram a questão do meio ambiente. O conceito de Gestão Ambiental, no entanto, evoluiu no cenário nacional a partir década de 1970, em resposta à Conferência de Estocolmo. “O período seguinte, anos 80, pode ser interpretado como a década da *institucionalização* e regulamentação da questão ambiental” (ANDRADE; MARINHO; KIPERSTOK, 2001, p.326, grifo do autor).

Bezerra (2000, p. 42) assim define Gestão Ambiental:

[...] o conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ações e procedimentos para proteger a integridade dos meios físicos e bióticos, bem como a dos grupos sociais que deles dependem [...] inclui, também, o monitoramento e o controle de elementos essenciais à qualidade de vida, em geral, e à salubridade humana, em especial.

Carneiro e outros (apud OLIVEIRA; GHIRARDI, 2001, p. 310) assim se posicionam: “A partir dos anos 80 ocorreram grandes avanços na área de engenharia ambiental, visando o controle de todas as fases do processo produtivo da indústria [...] através da minimização dos poluentes na fonte de sua geração”.

Neste contexto pode-se considerar a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 001/86 como a principal ferramenta que norteia o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (SEBRAE, 1998).

Nos anos da década de 90, surgiram novos agentes em prol do meio ambiente, mediante as proposições da Conferência Rio 92.

O conceito de gestão ambiental tem evoluído fundamentado pela abordagem do Comando e Controle, (C&C), da auto-regulação, dos instrumentos econômicos sob a perspectiva da legislação ambiental e resoluções decorrentes,

com vistas à instrumentalização e proposição de uma nova relação entre meio ambiente e negócios (ANDRADE; MARINHO; KIPERSTOK, 2001).

Ao abordar as relações da organização com o meio ambiente é necessário que se tenha uma visão sistêmica da empresa, sem fragmentá-la, mas como um todo em constante inter-relação com suas partes (ANDRADE, TACHIZAWA, CARVALHO, 2000). As empresas comprometidas com a sustentabilidade do meio ambiente adquirem ganhos para a sua imagem, pois a responsabilidade ambiental constitui-se em uma vantagem competitiva que gera benefícios, a exemplo dos apresentados nos quadros que seguem.

- Economia de Custos
- Economia devido à redução do consumo de água, energia e outros insumos;
- Economia devido à reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes;
- Redução de multas e penalidades por poluição;
- Incremento de Receitas;
- Aumento da contribuição marginal de “produtos verdes” que podem ser vendidos a preços mais altos;
- Aumento da participação no mercado devido a inovação dos produtos e menor concorrência;
- Linhas de novos produtos para novos mercados;
- Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.

Quadro 1: Benefícios econômicos da Gestão Ambiental

Fonte: Zagueto, (2002, p. 156)

2.6.4. Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Em relação ao conceito e aplicação do SGA, adota-se, neste estudo, o apresentado por MOURA (2000). Segundo esse autor, a implementação e operação de um sistema de gestão ambiental consistem na aplicação de conceitos e técnicas de administração, particularizados para os assuntos de meio ambiente. Dessa forma, há varias técnicas possíveis que levam a resultados semelhantes.

A implantação de um SGA é uma das melhores formas para conseguir obter melhorias de desempenho ambiental em uma organização e, para sua implantação, é necessário cumprir, basicamente, três grandes conjuntos de atividades:

- a) análise da situação atual da empresa – consiste na análise do desempenho atual da empresa, quanto aos seus produtos, serviços prestados e sistemas de produção. Verificar os requisitos da legislação. É a fase de diagnóstico do problema, levantando-se os impactos ambientais principais que resultem de atividades da empresa;
- b) definição de cenários – estudar as possibilidades físicas, recursos materiais e humanos necessários e, a partir de diretrizes vindas da política ambiental, definir “onde se quer chegar” em termos de melhorias, durante um certo período de tempo;
- c) estabelecimento de metas - a palavra método tem uma origem grega que significa “caminho para se alcançar a meta”. Ou seja, o estabelecimento de métodos ou de um determinado modo de trabalho, vai definir “como chegar” aos resultados pretendidos, para que sejam atingidas as metas.

O SGA é uma ferramenta que ajudará a empresa a operar segundo a legislação, comprometendo-a a promover ações que visem à melhoria de tal forma que sejam superadas as exigências legais. Desta forma, a empresa assume um compromisso contínuo e crescente com a sustentabilidade do ecossistema.

2.6.5. Conceito de Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável guarda estreita relação com o de sustentabilidade. Bezerra (2000, p.41) define sustentabilidade como o conceito que tem “raízes fincadas na ecologia e está associado à capacidade de recomposição e regeneração dos ecossistemas [...] em outros aspectos das relações sociais e do ser humano com a natureza [...]”.

Segundo a autora, a sustentabilidade assume dimensões diferenciadas, que perpassam aspectos ecológicos, ambientais, sociais, políticos e econômicos. Particularmente, podem ser assim definidas:

- a) Sustentabilidade ecológica – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques de capital natural, incorporados às atividades produtivas.

- b) Sustentabilidade ambiental – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica em capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões relativas ao homem.
- c) Sustentabilidade social – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de exclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.
- d) Sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento;
- e) Sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade dos fluxos dos investimentos público e privado, e da eficiência por processos macro-sociais.

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável segundo Bezerra (2000, p.41) pode ser assim entendido:

Desenvolvimento social e econômico estável e equilibrado, com mecanismos de distribuição das riquezas geradas e com capacidade de considerar a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempo próprias e específicas dos elementos naturais.

Significa ainda gerar riquezas utilizando os recursos naturais de modo sustentável e respeitar a capacidade de recuperação e recomposição desses recursos, criando mecanismos que permitam acesso a esses recursos por toda a sociedade.

Segundo Bezerra (2000), os conceitos e premissas acerca da expressão desenvolvimento sustentável remontam à 1987, quando a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas publicou um documento sobre a relação desenvolvimento / meio ambiente e as perspectivas do planeta em face dos dilemas desse binômio.

A condição para desenvolvimento sustentável é, portanto, desenvolver a capacidade de promover a sustentabilidade, nos seus mais diversificados âmbitos,

de modo que sejam transformados processos e padrões de produção, lucratividade, exploração do solo, da fauna e da flora, bem como dos seres humanos.

Almeida (2002) assegura que sempre predominou no mundo uma visão cartesiana do universo, entendendo-o como compartimentos estanques. Esse paradigma perdurou por cerca de trezentos anos. Entretanto, no final do século XX, surgiu uma nova compreensão sobre o mundo, quando se percebeu o inter-relacionamento entre as suas partes. Essa visão sistêmica adota um modelo transdisciplinar, holístico, que concilia atividades econômicas e conservação dos sistemas relacionados ao meio ambiente. Neste contexto, é necessário que se crie um novo padrão baseado, não mais em fragmentação das partes, mas na sua interdependência.

A sustentabilidade, segundo Almeida (2002), abrange todas as atividades do homem, visto que não mais existe fragmentação das partes que formam o universo. O quadro 1 demonstra as diferenças entre os dois modelos.

Cartesiano	Sustentável
Reducionista, mecanicista, tecnocêntrico	Orgânico, holístico, participativo
Fatos e valores não relacionados	Fatos e valores fortemente relacionados
Preceitos éticos desconectados das práticas cotidianas	Ética integrada ao cotidiano
Separação entre o objetivo e o subjetivo	Interação entre o objetivo e o subjetivo
Seres humanos e ecossistemas separados, em uma relação de dominação	Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia
Conhecimento compartimentado e empírico	Conhecimento indivisível e empírico
Relação linear de causa e efeito	Relação não-linear de causa e efeito
Natureza entendida como descontínua, o todo formado pela soma das partes	Natureza entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados, o todo maior do que a soma das partes
Bem-estar avaliado por relação de poder (dinheiro, influência, recursos)	Bem-estar avaliado pela qualidade das inter-relações entre os sistemas sociais e ambientais
Ênfase na quantidade (renda <i>per capita</i>)	Ênfase na qualidade (qualidade de vida)
Análise	Síntese
Centralização do poder	Descentralização do poder
Especialização	Transdisciplinaridade
Ênfase na competição	Ênfase na cooperação
Pouco ou nenhum limite tecnológico	Limite tecnológico definido pela sustentabilidade

Quadro 2: Comparação de modelos

Fonte: Almeida (2002).

Isto posto, entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que alia desenvolvimento econômico a preservação do ambiente.

Oliveira e Ghirardi (2001) afirmam que a sociedade não tem obedecido aos padrões de qualidade ambiental definidos pelos órgãos competentes para

salvaguardar os direitos de preservação à vida planetária e do próprio homem. Em conseqüência, condições precárias de vida, orientadas por desperdícios, escassez, extinção e indisponibilidade, têm agido em antagonismo com os discursos e o ideal de se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Segundo os autores, com a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável, novos problemas ambientais foram destacados, principalmente os de alcance global resultando na necessidade de adoção de medidas específicas para a resolução e regulação ambiental, com vistas ao desenvolvimento da qualidade ambiental e a concomitante promoção do desenvolvimento sustentável. O que resulta em custos e critérios a serem adotados para a confirmação de que a questão ambiental é percebida e colocada em prática no âmbito dos negócios.

Para que se entenda melhor o que é sustentabilidade, é preciso que se amplie o seu significado e se faça uma análise do desafio da sobrevivência, que é a luta pela vida. Atualmente, “a percepção de que tudo afeta a todos, cada vez com maior intensidade e menor tempo [...]” (ALMEIDA, 2002, p.64) tem dado uma nova definição conceitual e pragmática do desenvolvimento do homem consumidor dos recursos naturais para o modelo baseado na sustentabilidade.

Pode-se resumir tudo que foi exposto anteriormente definindo desenvolvimento sustentável como a possível e desejável conciliação entre o desenvolvimento, a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida.

Para tanto se faz necessário reorganizar a sociedade, segundo os princípios ecológicos que possam ser expressos em atitudes comportamentais fundamentadas num processo de educação ambiental capaz de proporcionar ao indivíduo competências, habilidades, autonomia e capacidade para atuar na transformação da sociedade (DIAS, 2002).

3. OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

3.1. CONCEITOS, CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS

No Brasil, a legislação bancária atribui a denominação banco de desenvolvimento à “instituição financeira pública não-federal, integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN), com o objetivo precípua de proporcionar o suprimento oportuno e adequado de recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos, de programas e projetos que visem promover o desenvolvimento econômico e social do Estado da Federação em que tiver sede”.

É relativamente comum encontrarmos, nos textos sobre os bancos de desenvolvimento, referências a eles como se fossem o mesmo que Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD's). É importante salientar que, sob esta denominação, podemos encontrar instituições com formas mais diversas possíveis, as quais, apesar da mesma classificação, na maioria dos casos, são pouco semelhantes e, muitas vezes, quase nada apresentam em comum. Por exemplo, entre as chamadas “IFD's”, encontram-se instituições tão díspares quanto o Etinbanco, da Turquia, criado para explorar recursos minerais e construir usinas de força; a Corporação de Fomento da Produção, no Chile, organizada para estabelecer e executar um plano de incentivo à produção em todos os setores da economia e para obter crédito no exterior; a Corporação de Crédito Industrial e Investimento, da Índia, fundada para conceder financiamentos a longo prazo à indústria privada etc.

As diferenças são muitas. Apesar de todas essas instituições terem sido patrocinadas pelos seus respectivos governos, algumas são de propriedade exclusiva do Estado, outras, de empresas particulares, e outras, de uma combinação dos dois. Algumas se dedicam ao financiamento de empresas públicas, outras, exclusivamente a empreendimentos privados. Algumas possuem funções de planejamento, outras têm participação no capital de empresas, e ainda outras podem fundar e administrar empresas por conta própria. Algumas estão ligadas à economia de um país como um todo, outras a apenas um setor. Algumas são nacionais, outras regionais. Enfim, aspectos como propriedade, origem dos recursos, grau de subordinação ao governo, objetivos e métodos de operação diferem em uma ampla escala de possibilidades.

Adotamos aqui a classificação que faz uma distinção entre “banco de desenvolvimento”, definido como “instituição fundamentalmente interessada em capital de empréstimo em longo prazo” e “corporação de desenvolvimento”, que é “basicamente interessada em capital de participação”. Essa distinção pode ser conceitualmente certa, mas se mostra muito nebulosa para ser útil na prática. Isso porque, em muitos casos, tem-se visto que instituições criadas para um determinado fim têm migrado em sentido completamente oposto em consequência de modificação de políticas governamentais. Por outro lado, é interessante assinalar os dois objetivos comuns a quase todas essas instituições: a concessão de capital e o suprimento de capacidade empresarial, quando estiverem faltando esses requisitos do desenvolvimento econômico.

Há outra distinção bastante útil na análise dos bancos de desenvolvimento: as relacionadas com investimentos governamentais e as relacionadas com o setor privado. Em alguns países, os governos decidiram que eles próprios deveriam preencher as deficiências de capital e capacidade empresarial, necessários à criação de novos instrumentos produtivos. Esses governos criaram então instituições para planejar, financiar, e executar programas de investimento do governo. Assim, tivemos a criação do Prombanco Soviético, destinado ao financiamento de longo prazo à indústria. O Sumerbanco, da Turquia, dedicou-se ao estabelecimento, financiamento e administração de empresas industriais. A Corporação Boliviana de Fomento focou-se no financiamento de construção de auto-estradas e de um departamento governamental de produção de petróleo. Os bancos de desenvolvimento em países subdesenvolvidos por muito tempo foram instrumentos de execução dos projetos de investimentos públicos. Alguns receberam a incumbência de planejar o desenvolvimento econômico, de forma a retirar do planejamento a influência da política, e assim livrá-lo da burocracia da máquina pública. No entanto, não são as tais instituições, destinadas à criação ou ao financiamento de empresas estatais, que está ligado este trabalho monográfico. Banco de Desenvolvimento, na expressão aqui adotada, é uma instituição financeira destinada, prioritariamente, ao estímulo do setor privado da economia (o que não significa dizer que as outras instituições aqui citadas não contribuam para o desenvolvimento do setor privado; contribuem, mas de forma indireta). Isto porque a maior parte dos bancos de desenvolvimento do mundo foi constituída como catalisadores de investimentos para o setor privado da economia, para promover

injeções de capital, capacidade empresarial e administração, e não como instrumentos para conduzir os investimentos do próprio governo.

No tocante às suas operações, os bancos de desenvolvimento atuam aplicando recursos financeiros ou prestando garantias de crédito, com recursos próprios ou de terceiros. Os bancos de desenvolvimento podem praticar quatro modalidades de operações ativas: empréstimos e financiamentos, participação societária, prestação de garantias e arrendamento mercantil, embora a concessão de empréstimos e financiamentos se constitua na principal operação. Captam recursos de duas fontes: depósitos a prazo e operações de crédito. Tais fontes têm diversas origens: repasses internos ou externos, contribuições do setor público e empréstimos efetuados tanto no próprio país como no exterior.

Os bancos de desenvolvimento operam com taxas de juros inferiores às do mercado, porque recebem fundos governamentais ou se beneficiam de políticas de controle de juros. Seus clientes são chamados de “mutuários”, que são exatamente os tomadores de recursos. Eles apresentam ao Banco suas propostas de financiamento, detalhadas em documento denominado Projeto, que é encaminhado à gerência especializada, na qual uma equipe técnica analisa a viabilidade da concessão do crédito. A avaliação dos projetos está intimamente ligada a uma perspectiva de conjunto coerente. Como esses bancos são grandes repassadores de recursos provenientes da União, naturalmente a avaliação de projetos atende também à estratégia de desenvolvimento nacional.

3.2. UM HISTÓRICO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

Os Bancos de Desenvolvimento, definido como instituições destinadas a promover e financiar empreendimentos no setor privado, não são um instrumento novo. Instituições semelhantes, de mobilização de capital e promoção de investimentos produtivos, existem desde o começo do século XIX. Nessa época, bancos e outras instituições do mercado de capitais concentravam grande parte dos seus recursos aplicados em grandes empresas. No início do século XX, verificou-se um crescente reconhecimento das necessidades de crédito de pequenas e médias empresas industriais. O reconhecimento deste, muitas vezes, se sobressaiu entre vários outros problemas econômicos generalizados da época, como os estragos

provocados pela guerra, os efeitos da grande depressão, ou as necessidades e pressões sociais, particularmente comuns nas áreas atrasadas de um país. Durante e depois da 1ª Guerra Mundial, muitas novas instituições foram criadas com o fim de cuidar desses problemas.

Entretanto, não obstante a sua existência desde o século XIX, o surgimento dessas instituições em grande escala, e a sua caracterização tal como vemos hoje, remete à Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em Bretton Woods (EUA), em 1944, quando surgiu o Banco Mundial. Sua criação decorreu da necessidade identificada pela comunidade internacional de dispor de um órgão habilitado a auxiliar na reconstrução das economias atingidas pela 2ª Guerra Mundial e a promover o progresso econômico e social de economias menos desenvolvidas.

Em decorrência da grande destruição e da desorganização que se seguiu, e de um maior desnível entre as poupanças disponíveis e a presumida demanda por investimentos, acelerou-se o processo de modernização das agências de financiamento a médio e longo prazo, e criaram-se novas instituições financeiras de desenvolvimento. Quase todos os países da Europa tiveram a criação de tais instituições especializadas em seus territórios. Para exemplificar, podemos citar alguns casos: na Bélgica, tivemos a criação da "*Société Nationale de Crédit à l'Industrie*", em 1919; no mesmo ano, na França, estabeleceram o "*Crédit National pour Faciliter la Réparation des Dommages Causés par la Guerre*"; na Finlândia, o "Banco Hipotecário Industrial da Finlândia", em 1924; na Hungria, o "Instituto de Hipoteca Industrial", fundado em 1928; na Polônia, o "Banco Econômico Nacional da Polônia", em 1924; na Itália, o "Instituto para Reconstrução Industrial", em 1933; no Canadá, o "Banco de Desenvolvimento Industrial do Canadá", em 1944; na Alemanha, o "Banco de Crédito para a Indústria", em 1949. Naturalmente, o papel dos bancos de desenvolvimento e o efeito de sua atuação variaram, enormemente, de país a país, conforme as tradições bancárias, os preceitos institucionais e as políticas públicas vigentes em cada país.

O primeiro banco de desenvolvimento a ser criado no Brasil foi o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Sua constituição inicial se deu em 1952, através da Lei n.º 1.628, e visava a formar uma instituição capaz de financiar a formação da infra-estrutura essencial ao fortalecimento do processo de industrialização brasileira.

Sendo a principal e praticamente a única fonte de financiamento a investimentos de longo prazo no país, desde seu surgimento tem participado ativamente de todas as fases do desenvolvimento nacional. Dentre os seus principais objetivos, podemos destacar cinco:

- impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País;
- financiar e fomentar os setores básicos da economia – principalmente o setor industrial – e, a partir de 1982, a infra-estrutura social;
- atenuar os desequilíbrios regionais, criando novos pólos de produção;
- promover o desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais e de serviços;
- promover o crescimento e a diversificação das exportações.

Entretanto, mesmo tendo servido enormemente aos propósitos governamentais de satisfazer a demanda por recursos de longo prazo existente então no país, a atuação em escala nacional do BNDES não era suficiente para dirimir as desigualdades regionais alarmantes no país.

Por ser uma organização com um perfil muito central, num país de características continentais como o Brasil, tornava-se difícil a atividade de financiamento do desenvolvimento local, pois isso exige conhecimento técnico-econômico de determinadas peculiaridades de cada região. Criaram-se então, a partir daí, diversas agências de desenvolvimento em nível regional, a exemplo do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e BASA (Banco da Amazônia).

Ademais, o tempo revelou que os bancos de investimento desviaram-se demais dos seus objetivos originalmente traçados (financiamento de Capital Fixo em operações de longo prazo), restringindo-se às operações de curto e médio prazos (Capital de Giro), exatamente como faziam os bancos comerciais.

Os bancos de desenvolvimento surgem então com o propósito de superar esses obstáculos. Interessante é a percepção de que, nesses bancos, embora seja permitida a participação acionária de particulares privados, o lote de ações nas mãos deles sempre foi muito pequeno. Esta constatação vem exatamente ratificar a

tese que respalda a própria criação dos bancos de desenvolvimento e que se traduz na falta de interesse privado em funções específicas de suporte financeiro ao desenvolvimento sócio-econômico.

Com o propósito de unificar os esforços dos bancos estaduais e com o intuito de sensibilizar as autoridades nacionais pela obtenção de regulação específica para essas instituições, foi criada em 1969 a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE a qual cumpre o papel de aglutinadora das forças desse colegiado, cujo propósito é o financiamento do desenvolvimento, oferecendo representação institucional junto a outros entes públicos e privados, com vistas à defesa de interesses comuns de seus associados, e aperfeiçoamento técnico e integração, o que propicia a existência de um sistema homogêneo e eficaz (respeitadas as peculiaridades locais).

A sua estrutura organizacional apresentada a seguir é composta por uma Diretoria Presidência, uma Superintendência Executiva e duas Gerências, uma Administrativo-financeira e outra Técnico-operacional.



Figura 2: Estrutura Organizacional da ABDE

Compõem o corpo de Associados as seguintes instituições financeiras:

AFAL – Agência de Fomento de Alagoas S.A.
AFAP – Agência de Fomento do Amapá S.A.
AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
AFERR – Agência de Fomento do Estado de Roraima S.A.
AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BANCO DA AMAZÔNIA – Banco da Amazônia S.A.
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
BANESE – Banco do Estado de Sergipe S.A.
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará S.A.
BANSICREDI – Banco Cooperativo Sicredi S.A.
BB – Banco do Brasil S.A.
BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais S.A.
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CAIXA RS – Caixa Estadual S.A. - Agência de Desenvolvimento - Agência de Fomento / RS
DESENBÁHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FOMENTO – Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A.
GOIÁSFOMENTO – Agência de Fomento do Estado de Goiás S.A.
INVESTE RIO – Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro
MT FOMENTO – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.
NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

3.3. O PROCESSO DE INVESTIMENTO E OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

O investimento situa-se no cerne do desenvolvimento econômico. Não é o único requisito para o desenvolvimento, porque este também pode surgir como resultado de outros fatores, como aumento da força de trabalho, aumento da escolaridade média da população, adoção de novas técnicas nas linhas de produção, estabilidade macroeconômica etc. De qualquer maneira, sabemos que o investimento é essencial no processo de desenvolvimento.

O processo de investimento não é simples porque exige poupar a renda auferida e arriscá-la em algum esforço produtivo. Isso implica a existência de um nível de renda pessoal elevado o bastante para permitir a formação de poupança. Poupança significa renúncia ao consumo hoje, a fim de obter maior renda e,

consequentemente, realizar maior consumo amanhã. Implica também a existência de pessoas ou instituições aptas a aproveitar as oportunidades de investimento, arriscando suas poupanças em novas atividades. Significa que as pessoas ou instituições envolvidas deverão possuir uma experiência técnica e administrativa razoável o bastante para fazer uso eficiente do capital que arriscam.

Grande parte do investimento é realizada diretamente por aqueles que economizam, como o lavrador que investe suas economias na melhoria do solo, como o industrial que reaplica seus lucros em pesquisa, ou como o governo que emprega parte dos impostos arrecadados em obras de infraestrutura. Outra forma dos investimentos, entretanto, resulta da transferência de recursos daqueles que os pouparam para aqueles que os investem. Para viabilizar essa transferência, faz-se necessário um complexo sistema financeiro composto de várias instituições, a que damos o nome de mercado de capitais.

Nos países subdesenvolvidos, geralmente se verifica a ausência de vários requisitos do investimento. Normalmente, se presta maior atenção à escassez de capital, porque esse é considerado o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico. No entanto, a experiência internacional tem mostrado que nem sempre é a escassez o principal entrave ao investimento nos países subdesenvolvidos. Quando um povo vive nos níveis mais atrasados de avanço econômico, sua poupança pode ser insuficiente, mas jamais inexistente. O que se tem verificado é que o baixo nível de investimentos nesses países é resultado não só de pobreza, mas também de ambiente econômico ou de valores sociais que dirigem poupanças para fins improdutivos. Diante de tais circunstâncias, o desenvolvimento econômico pode ser não só uma questão de aumento de poupança, mas também, e principalmente, de modificação do padrão de investimento para fins mais produtivos.

A função de um banco de desenvolvimento nesse processo é, pois, exatamente suprir um ou alguns ingredientes necessários ao investimento efetivo os quais estejam faltando. Falta capital a médio e longo prazos? Em caso afirmativo, por quê? As poupanças do país são ínfimas e não podem ser mobilizadas ou estão sendo mal encaminhadas? Ou será que falta capacidade empresarial? Enfim, de acordo com quaisquer que sejam os ingredientes ausentes é que se balizará a maneira pela qual o banco de desenvolvimento será concebido, a forma pela qual ele é financiado, a direção e o método de sua operação e a qualidade do pessoal de que precisa. Daí se segue que um dos pré-requisitos para o estabelecimento de um

banco de desenvolvimento é o exame específico do ambiente econômico e institucional em que deve operar, e a compreensão dos principais obstáculos ao investimento produtivo.

É preciso entender, paralelamente, que um banco de desenvolvimento, por mais estruturado e atuante que possa ser, não é capaz, isoladamente, de lidar com todos esses problemas. Ele é apenas um entre muitos instrumentos que devem ser utilizados em conjunto. As políticas monetária e fiscal de um país, por exemplo, afetam o funcionamento dos bancos. Controles seletivos de crédito, destinados a influenciar o movimento de fundos, podem ir de encontro aos objetivos do banco de desenvolvimento. Um sistema tributário mal planejado pode desestimular o investimento que está sendo apoiado pelo banco de desenvolvimento.

3.4. RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO BANCÁRIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

É direta a relação entre o crédito bancário e o desenvolvimento econômico. O crédito bancário constitui-se numa necessidade real para que se viabilize o desenvolvimento.

Empresas com falta de suporte de capital, ou com risco de insolvência em decorrência de falta de investimentos, com crescente acompanhamento das mudanças mercadológicas, tendem a recorrer, ao crédito direto.

Com o aporte de capital, nesse caso falamos do capital gerado pelo crédito bancário, o empresário terá acesso a novas tecnologias de produção, terá acesso à implementação de novas técnicas, bens, diversificação da produção, aquisição de outros tipos de matéria prima, contratação de mais trabalhadores e outras.

Assim, é o crédito fornecido pela instituição de crédito que proporcionará ao empresário o acesso às novas combinações, ou melhor, ao incremento da produção, gerando lucro, e garantindo tanto o desenvolvimento local, como regional.

Com o incremento desse capital, associado a um determinado setor, região, ou nicho da economia, a estrutura base será alterada em decorrência dessa chegada do desenvolvimento, permitindo, até mesmo, o alcance e abertura de novos mercados.

Conseqüentemente, em decorrência do desenvolvimento econômico de determinada região, haverá o aumento de bens per capita bem como o aumento da renda média dos indivíduos, favorecendo ainda mais o desenvolvimento econômico.

Sobre essa questão, o prof. Lauro Renck, coloca com propriedade:

[...] O papel dos bancos de desenvolvimento na mobilização de recursos públicos e privados para a concessão de empréstimos de longo prazo é singular, e supor que o sistema bancário tradicional cumpra tal função, nos níveis socialmente desejados, parece utopia. (...) A condição básica para o incremento do financiamento a longo prazo pelos bancos seria naturalmente a disponibilidade de fonte de recursos ofertados em condições de fato vantajosas para compensar os elevados riscos e a baixa rentabilidade de tais operações. Ora, ao estabelecer-se tal requisito, face à notória inexistência de fontes privadas de recursos para tal finalidade, apenas ao setor público e às suas instituições parece competir a tarefa de prover tais fundos. (RENCK, 1996, p. 12-15).

4. ASPECTOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

Ponto de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso tema refere-se ao contexto histórico no qual se encontrava o Brasil ao final dos anos 40 do século XX.

Com o fim da segunda grande guerra, diversos países europeus encontravam-se em delicada situação econômica diante do seu endividamento fiscal contraído durante a guerra. Para a reconstrução destes países foram criados grandes organismos internacionais para, com um novo enfoque econômico, programar o princípio do planejamento em nível macroeconômico. Como exemplo, podemos citar a ONU, o FMI e o BIRD.

O Brasil ainda passava pela retomada do processo democrático decorrente do fim da ditadura militar, com a necessidade de implementação do processo de industrialização, marcado por forte intervenção estatal.

Com maior intensidade nos anos 50, instalaram-se no Brasil setores industriais estratégicos, produtores de insumos básicos, como aço e alumínio, por exemplo, e importantes projetos de infra-estrutura nas áreas de transporte e energia.

Exemplos de grandes projetos de iniciativa do Estado implantados no Brasil foram a criação da Companhia do Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Nacional de Álcalis. Outros projetos de grande abrangência também foram realizados como investimentos no transporte e produção de energia elétrica (criação da Companhia Hidrelétrica de São Francisco - CHESF).

Ocorre que ainda decorrente da forte expansão industrial a maioria desses projetos concentrava-se principalmente no estado de São Paulo, o que veio a ocasionar profundas mudanças sociais, políticas e econômicas.

5. O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Como forma de se promover o desenvolvimento regional no Nordeste, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foi criado, em 1952, com o objetivo de coordenar investimentos voltados para a reconstrução da economia nordestina.

Partia-se da idéia de que a disponibilidade de crédito coordenada por instituição especializada e voltada para o desenvolvimento da região, viria a suprir as lacunas de crédito de longo prazo necessário para se dinamizar as atividades econômicas regionais da época. Um novo banco estatal teria por objetivo a organização e execução do programa de Desenvolvimento do Nordeste, com o estímulo às obras de irrigação, aquisição de maquinário agrícola, exploração de plantas econômicas adaptadas à região servindo como órgão financiador das peculiaridades da região Nordeste.

5.1. FUNÇÕES ESPECÍFICAS DO BANCO DO NORDESTE

As operações de empréstimo e financiamento que estava o Banco do Nordeste autorizado a operacionalizar, na época, conforme previsto na Lei de sua criação (no. 1.004), eram:

- a) Despesas que couberem ao tomador do empréstimo para construção de açude por cooperação com o governo federal, até o limite de cinquenta por cento (50%) do prêmio concedido;
- b) Construção de pequenos açudes e barragens submersas, às expensas do interessado;
- c) Perfuração e instalação de poços;
- d) Obras de irrigação;
- e) Aquisição ou construção de silos e construção de armazéns e fenis nas fazendas;
- f) Aquisição ou reforma de equipamentos e máquinas agrícolas e industriais e aquisição de animais de trabalho;

- g) Produção de energia elétrica;
- h) Plantação técnica e intensiva de árvores próprias à ecologia regional, especialmente as xerófilas de conhecido valor econômico;
- i) Serviços de obras de saneamento e desobstrução de limpeza de rios e canais;
- j) Financiamento de safras agrícolas, em geral, de preferência por intermédio de cooperativas agrícolas;
- k) Financiamento mediante penhor mercantil, dos produtos econômicos da região até o limite máximo de oitenta por cento (80%) de seu valor comercial;
- l) Construção e instalação de armazéns, nos centros de coleta e distribuição e de usinas de beneficiamento e industrialização de produtos da região, e que concorram para o desenvolvimento da estabilidade da produção agropecuária;
- m) Desenvolvimento e criação de indústrias, inclusive artesanais e domésticas, que aproveitem matérias primas locais, que ocupem com maior produtividade as populações e que sejam essenciais à elevação dos seus níveis de consumo comercial, no Polígono das Secas;
- n) Aquisição, preparo e loteamento de terras para venda de pequenas propriedades rurais, a prazo longo, bem como despesas de transporte e sustento do colono durante o período inicial; atendidas, porém as exigências da lei bancária comum ou dos estatutos quanto à manutenção de reservas em propriedades imobiliária.

O Banco do Nordeste deveria se valer das linhas de crédito para o desenvolvimento sustentável da região sem buscar transformar-se em banco de investimento, pois poderia concorrer com sua atuação principal.

Como função está ainda a de captação de recursos externos, permitindo a fixação de capitais e atração de investimentos para região Nordeste.

5.2. FONTES DE RECURSOS

Inicialmente, a principal fonte de recursos do banco era o Fundo de Secas. Com a extinção desse fundo, o banco passou a receber, em 1962, depósitos com origem no Sistema 34/18, que inaugurou o sistema de incentivos fiscais na Região. Esse sistema foi substituído, em 1974, pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Com a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), em 1988, o BNB passou a contar com mais uma importante fonte de recursos. Atualmente, esse fundo é a principal fonte de recursos do banco, além de ser um instrumento importante para a política de desenvolvimento econômico regional. A Tabela 1 traz o valor dos ativos próprios do BNB e dos ativos do FNE gerenciados pelo banco.

Tabela 1: Ativos do BNB e do FNE de 1994 a 2007

ATIVOS (R\$ bilhões)			
ANO	BNB	FNE	TOTAL
1994	3,2	1,5	4,7
1995	3,1	2,4	5,5
1996	4,4	3,2	7,6
1997	5,3	4,0	9,3
1998	7	5,2	12,2
1999	7,8	6,5	14,3
2000	8,8	7,6	16,4
2001	10,5	8,5	19
2002	11,0	10,4	21,4
2003	12,8	11,5	24,3
2004	13,2	14,0	27,2
2005	12,6	12,2	24,8
2006	12,5	15,2	27,7
2007	14,1	17,2	31,3

Fonte: Banco do Nordeste (apud Carvalho, Tepassê, 2008)¹

¹ Para fins de consolidação, foram subtraídas das disponibilidades do FNE, os títulos de cobertura do Proagro e as provisões para passivos contingentes.

Analisando os dados da tabela acima, constata-se um crescente aporte de recursos do FNE, os quais nos anos de 2004, 2006 e 2007 ultrapassam os ativos do próprio banco.

5.3. A AÇÃO DO BNB E A MUDANÇA ESTRUTURAL DA ECONOMIA NORDESTINA

Primeiramente devemos lembrar que ao longo de toda a história do Banco do Nordeste diversos foram os problemas econômicos atravessados. Planos econômicos dos diversos governos, longos períodos de alta inflacionária e diferentes moedas são variáveis as quais denotam elevado grau de dificuldade para mensurar, bem como traduzir fielmente a realidade da atuação do Banco do Nordeste na região.

O Banco do Nordeste (BNB) iniciou suas atividades em 1954, sendo, naquele mesmo ano, inauguradas mais seis agências. Nos primeiros anos, em decorrência da necessidade de aplicação da política de desenvolvimento da região Nordeste, outras agências foram inauguradas em locais descentralizados a fim de atender as localidades mais remotas da região, além, claro dos principais centros econômicos do Nordeste.

O BNB, portanto, como Banco de Desenvolvimento Regional, atuava exatamente em sentido inverso ao que o setor bancário sempre faz: captava nas regiões ricas pra emprestar na região pobre! (OLIVEIRA; VIANNA, 2005, p.116).

Nos idos da década de 1950, a economia Nordestina concentrava-se basicamente na agricultura. A base de sustentação eram as monoculturas de cana-de-açúcar, cacau, algodão e gado, além das culturas de subsistência como mandioca, feijão e milho.

Passados mais de 50 anos desde a implantação do Banco na região, a estrutura do sistema produtivo foi completamente modificada. Foi implementado o setor industrial e fortificado o setor de serviços, além da mudança dos tipos de lavouras.

Segundo Oliveira e Vianna, (2005, p.134)

Quanto ao primeiro aspecto, verifica-se que aquelas lavouras mais importantes à época da criação do banco cederam lugar a outras culturas. Assim, em 2001, por exemplo, a principal cultura Nordestina era o milho, respondendo por 26,98%. Em seguida, pela ordem de

importância, o feijão (22,43%), a cana-de-açúcar(12,14%), a soja (10,25%) e o arroz (7,68%). Ressalte-se que, atualmente, outras culturas também estão se impondo como geradores de recursos para o setor primário. Este é o caso da banana, da soja e do mamão, que participam respectivamente com 11,4%, 10,0%, e 4,7% do valor da produção. Por outro lado, registra-se também a introdução mais recente da fruticultura irrigada (melão, uva, acerola, abacaxi e manga), culturas estas praticamente inexistentes na região Nordeste na década de 50.

No setor industrial houve grande diversificação do parque fabril nordestino. Com especial atenção para a atuação dinâmica desde setor que no início da década de 50 era praticamente inexistente e hoje atua em diversos ramos como: extração e refino de petróleo; fabricação de produtos alimentícios e bebidas; preparação e fabricação de produtos do couro; fabricação de produtos químicos; fabricação de produtos minerais; metalurgia básica; fabricação de máquinas e equipamentos; fabricação de aparelhos e materiais elétricos; fabricação de material eletrônico e fabricação de equipamentos hospitalares e outros.

5.4.A CONTRIBUIÇÃO À MODERNIZAÇÃO REGIONAL

Resta claro que a implementação do BNB é considerado como início da política de modernização do Nordeste. A associação da assistência creditícia com a assistência técnica para desenvolvimento das empresas e culturas da região representam iniciativas inovadoras do Banco.

De forma resumida três são os aspectos com maior destaque analisados por Oliveira e Vianna (2005, p.140):

- a) modificação da mentalidade empresarial da região, com a implantação da Filosofia do Projeto e de um enfoque analítico e racional dos problemas econômicos;
- b) modificação da estrutura industrial do Nordeste com a modernização das indústrias tradicionais e a implantação de numerosas indústrias modernas;
- c) melhoria do nível da tecnologia empregada nos processos industriais das empresas Nordestinas, além da elevação dos padrões de administração empresarial vigentes na região.

6. DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E ESTRUTURA PRODUTIVA DE SERGIPE

6.1. DESENVOLVIMENTO RECENTE DA ECONOMIA

A partir dos anos 70, sobretudo da 2ª metade daquela década, ocorreu uma inflexão na trajetória do desenvolvimento econômico do Estado, vinculada a forma como Sergipe se inseriu nas transformações que estavam ocorrendo nos âmbitos nacional e regional. Essa inserção se refere aos incentivos a investimentos industriais na Região Nordeste criados pela SUDENE que promoveram intensa modernização de sua estrutura industrial por meio da atração de empreendimentos para a região. Os grupos empresariais locais de maior expressão, sobretudo as empresas de porte no setor têxtil, também se utilizaram desses incentivos para atualizar os parques fabris e em alguns casos para implantar novas fábricas.

No período 1963-1988, foram aprovados na SUDENE oitenta e três projetos industriais para Sergipe. Com a aprovação desses projetos, implanta-se na economia sergipana uma estrutura industrial mais diversificada, ainda que os setores tradicionais continuassem a manter o predomínio na indústria incentivada. A chamada indústria tradicional, de bens de consumo não duráveis, participava com 43 dos novos projetos e os setores mais novos, produtores de bens intermediários ou bens de capital, contavam com 35 projetos entre minerais não-metálicos, química, papel e papelão.

De outra parte, o estado que já contava com unidade de produção da Petrobras passou a ser extremamente beneficiado pela política econômica estabelecida no II Plano Nacional de Desenvolvimento- II PND (1974-1978) do Governo Geisel, cuja característica central era de incentivar a produção interna no país de bens intermediários (insumos básicos), que até então eram fortemente importados, particularmente nas áreas de petróleo, química, petroquímica e fertilizante.

Em Sergipe não só a prospecção do petróleo, iniciada em 1959 em Carmópolis, recebeu vultosos recursos como foram implantadas duas grandes unidades produtivas estatais, as antigas Nitrofertil e Petromisa, hoje FAFEN e Vale do Rio Doce. A importância dos investimentos dessas estatais passou a ser de tal

ordem que uma única empresa, a Petrobras, ainda hoje responde diretamente por cerca de 40% do produto industrial.

Os investimentos realizados deram grande impulso à industrialização do estado passando o setor industrial a se constituir no carro-chefe do seu crescimento. Esses investimentos refletiram na participação do setor industrial no produto interno do Estado, passando de cerca de 30% em 1970 para mais de 50% em 1983.

O agravamento da crise fiscal e financeira do Brasil no final dos anos 80 e a mudança de compreensão do seu papel no desenvolvimento notadamente a partir da década de 90, foram os principais determinantes do esgotamento da desconcentração regional da atividade produtiva. Com o estancamento dos investimentos públicos e privados, cessa a implantação, ampliação ou diversificação de novos complexos produtivos que marcaram a expansão regional anterior. A taxa de crescimento da economia sergipana que havia sido de 10,2% s na década e 1970, desacelerou para 5,5 % na década de 1980 e 3,1% na década de 1990.

A partir de meados dos anos 80 temos, então, as atividades do setor terciário, crescentes, passaram ter maior peso, seja em termos de geração de produto, seja em termos de criação de oportunidades de trabalho. Nos anos 90, o principal projeto estruturador do estado de Sergipe, o polo cloroquímico, teve que ser repensado pois foi projetado em um modelo de crescimento nacional em que o Estado era um dos sustentáculos da atividade econômica (CEPLAN, 2005).

Nos anos mais recentes, acompanhando o crescimento da economia nacional, Sergipe voltou a apresentar taxas expressivas de crescimento. Novos empreendimentos, incentivados pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), que ganhou impulso a partir de 1996, foram importantes para dinamizar a economia estadual. A entrada em operação da Usina Hidroelétrica de Xingó, no final dos anos noventa, e a recuperação do valor de produção da atividade extrativa mineral já na década atual, concorreram para a recuperação da atividade industrial. Os gêneros de maior peso no valor da transformação industrial, nos anos recentes, têm sido a indústria de produtos alimentícios e bebidas, a indústria de minerais não metálicos (com destaque para a fabricação de cimento), a indústria química, a têxtil, os produtos metalúrgicos e, mais recentemente, a indústria mecânica (fabricação de máquinas e equipamentos) (CEPLAN, 2005).

6.2. ESTRUTURA PRODUTIVA

Em 2006, o setor primário respondia por 4,9% do valor adicionado bruto da economia sergipana, o setor secundário representava 31,4% e o setor terciário, 63,7%. A participação do setor secundário na economia sergipana é superior mesmo ao peso que possui no Valor Agregado Bruto (VAB) do Brasil (30,5%), em função da forte participação das atividades extrativas minerais e dos serviços industriais de utilidade pública (produção e distribuição de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana), que nesta época, representavam, respectivamente, 7,4% e 8,2% do VAB do Estado.

Tabela 2: Participação das Atividades Econômicas no Valor adicionado Bruto de Sergipe a Preço Básico de 2006

Atividade Econômica	2006
Total	100,0
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	2,4
Pecuária e pesca	2,5
Indústria extrativa mineral	7,4
Indústria de Transformação	9,7
Construção	6,0
Produção e distribuição de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	8,2
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,7
Serviços de alojamento e alimentação	1,8
Transportes, armazenagem e correio	4,7
Serviços de informação	2,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3,8
Serviços prestados às famílias e associativos	1,6
Serviços prestados às empresas	3,0
Atividades imobiliárias e aluguel	8,6
Administração, saúde e educação públicas	24,5
Saúde e educação mercantis	1,7
Serviços domésticos	1,1

Fonte: CONAC/DPE/IBGE, 2007 (apud BNDES, 2007, p.11).

Uma das principais marcas de Sergipe é a extração de riquezas minerais como o petróleo e gás natural, além de outros minérios como silvinita e carnalita. O estado dispõe, ainda, de importantes jazidas de calcário que fizeram com que o estado fosse o maior produtor de cimento do Nordeste, e o quinto maior produtor do Brasil.

Essa importante base de recursos minerais explica o elevado peso das indústrias extrativas e da fabricação de produtos químicos e de minerais não-metálicos no valor da transformação industrial da indústria sergipana. Em 2006, as indústrias extrativas, com forte destaque para a extração de petróleo e serviços relacionados representavam 44,5% do Valor de Transformação Industrial - VTI da Indústria Geral de Sergipe. As indústrias de transformação respondiam pelos demais 55,5%.

Quatro são os segmentos de maior importância na geração do VTI da indústria de transformação de Sergipe: produtos alimentícios e bebidas, produtos químicos, produtos minerais não-metálicos e produtos têxteis e de confecção. Todavia, novas atividades têm aumentado a participação e passaram a apresentar peso significativo na estrutura industrial, como as de fabricação de produtos de metal, a fabricação de calçados e couros e a produção de máquinas e equipamentos; agronegócios e turismo.

Comparativamente à média dos estados nordestinos, o peso do setor industrial na formação do PIB é significativamente mais elevado em Sergipe, em grande parte por conta da presença da extração de petróleo e da geração de energia hidroelétrica.

O Setor primário, embora pouco representativo na estrutura econômica estadual é bem diversificado.

Sergipe é o segundo maior produtor de laranja do país, conta com uma pecuária leiteira expressiva e tem investido nos últimos anos em projetos de irrigação de hortaliças, rizicultura e frutas tropicais, além dos cultivos tradicionais, como feijão, mandioca e milho, essa última com crescimento expressivo nos últimos anos.

Em 2006, as culturas temporárias representaram 72,7% da área plantada frente a 37,3% das culturas permanentes que, respondiam por 54,6% do valor da produção. Dentre as culturas permanentes, em geral desenvolvidas na mesoregião leste, a laranja é a mais importante tanto em termos de área plantada, quanto do valor de produção, seguida pela cultura do coco-da-bahia, do maracujá e da banana. A laranja respondia, em 2006, por 14,3% do total de área plantada e por 30,9% do valor da produção. Entre as culturas temporárias, disseminadas no território, mas com concentração no agreste e no sertão, as culturas mais importantes, em termos de área plantada, são o milho, a mandioca e o feijão. A cana-de-açúcar e o arroz,

também significativas em termos de áreas plantadas, são desenvolvidas na mesorregião leste, notadamente nos territórios do leste sergipano, no caso da cana-de-açúcar, e no baixo são Francisco, o cultivo do arroz. Em termos de valor de produção, a cana-de-açúcar apresentava em 2006, o maior peso entre as culturas temporárias.

A agroindústria de cítricos, no sul do estado, a cana-de-açúcar na faixa costeira norte, os coqueirais e os perímetros irrigados de fruticultura são as áreas agrícolas mais importantes economicamente. Ainda no setor agrícola, ao lado das tradicionais culturas temporárias e da pecuária, o estado apresenta potencial de desenvolvimento da agricultura irrigada, a partir do suprimento de grandes canais de irrigação e a pecuária para produção de leite.

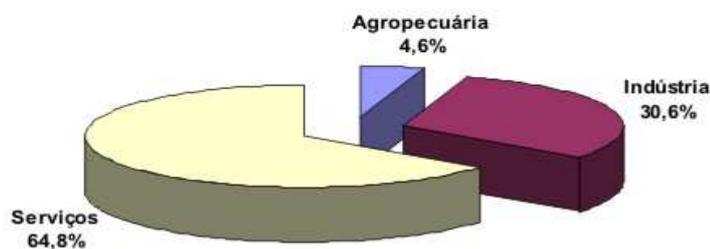
O setor secundário sergipano, ainda que relativamente concentrado na Grande Aracaju, onde se localiza um parque industrial relativamente diversificado, espalha-se em direção a polos no interior do Estado como o de Estância, Itaporanga, Itabaianinha, Tobias Barreto, Itabaiana, Lagarto, Propriá e Nossa Senhora da Glória.

A construção civil encontra-se consolidada no estado e responde por um contingente de emprego próximo ao montante da indústria de transformação. Esse segmento desenvolveu expertise no segmento habitacional, contando com empresas competitivas no mercado nacional.

O setor terciário tem apresentado um papel crucial na geração de postos de trabalho, respondendo em 2006 por 63,7% do PIB estadual e 60% da população ocupada. O crescimento do segmento tem o seu desenvolvimento associado, em grande parte, à forte expansão urbana da Grande Aracaju. Particularmente, o setor de serviços tem conhecido intenso crescimento, principalmente aqueles vinculados ao turismo, ensino, saúde e serviços especializados voltados ao atendimento da demanda empresarial local e regional.

Nos últimos anos a economia sergipana vem apresentando tendência de retomada do crescimento e voltou a crescer acima das médias brasileira e nordestina em três dos quatro anos entre 2003 e 2006.

Participação dos Setores no PIB - 2007



Fonte: IBGE; SEPLAN/SUPES/GEPEA

6.2.1. As Atividades Agropecuárias

A maior parte das terras de Sergipe era utilizada, em 2006, para pastagem (49,2%), vindo, em seguida, as lavouras temporárias, responsáveis por 28,4% da utilização das terras sergipanas. Vale a pena ressaltar que houve perda de representatividade das áreas destinadas às pastagens, entre 1996 e 2006, pois em 1996, as pastagens detinham quase 70% da utilização das terras. Já as lavouras temporárias ganharam espaço, aumentando em quase 50% a sua importância relativa (ver Tabela 3).

Tabela 3: Utilização das Terras de Sergipe (em hectares) – 1996 e 2006

Utilização das terras	Ano			
	1996	%	2006	%
Lavouras	112.729	6,76	232.431	9,82
Lavouras temporárias	241.805	14,51	672.983	28,44
Matas e florestas	158.392	9,50	297.520	12,57
Pastagens	1.153.865	69,23	1.163.667	49,17
Total	1.666.791	100,00	2.366.601	100,00

Fonte: Censo Agropecuário, 1996 e 2006 (apud BNDES, 2007, p.13).

Analisando-se o setor agrícola de Sergipe, verifica-se que, em 2007, o milho era a cultura mais importante, em termos de área plantada, respondendo por quase 40% da área plantada de Sergipe. Essa cultura teve sua participação ampliada, tanto em termos de área plantada, quanto em termos de participação relativa, entre 2000 e 2007.

Em seguida, a cultura mais importante era a laranja, que, em 2007, respondia por 13,7% da área plantada de Sergipe. Vale ressaltar que, apesar de ter perdido participação entre 2000 e 2007, em termos relativos, ela conseguiu ocupar a segunda posição que, em 2000, era ocupada pelo feijão, que passou a representar a terceira cultura mais importante, em termos de área plantada, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4: Principais culturas de Sergipe segundo a área Plantada – 2000 e 2007.

Tipo	Cultura	2000	%	2007	%
Lavoura permanente	Laranja	51.878	16,1	55.272	13,7
	Coco-da-bahia	45.720	14,2	40.537	10,0
	Maracujá	4.402	1,4	4.666	1,2
	Banana (cacho)	3.809	1,2	4.221	1,0
	Manga	1.193	0,4	1.243	0,3
	Limão	1.077	0,3	1.192	0,3
	Tangerina	417	0,1	732	0,2
	Mamão	357	0,1	429	0,1
	Goiaba	201	0,1	177	0,0
	Pimenta-do-reino	4	0,0	0	0,0
	Total	109.058	33,8	108.469	26,9
Lavoura Temporária	Milho(em grão)	86.300	26,7	156.412	38,7
	Feijão (em grão)	54.771	17,0	45.392	11,2
	Cana-de-açúcar	21.208	6,6	38.616	9,6
	Mandioca	30.265	9,4	33.727	8,4
	Arroz (em casca)	10.030	3,1	11.510	2,9
	Batata-doce	2.884	0,9	3.199	0,8
	Fumo (em folha)	3.411	1,1	2.124	0,5
	Amendoim (em casca)	1.143	0,4	1.495	0,4
	Fava (em grão)	1.669	0,5	1.072	0,3
	Melancia	776	0,2	771	0,2
	Abacaxi	525	0,2	637	0,2
	Tomate	274	0,1	286	0,1
	Algodão herbáceo (em caroço)	300	0,1	0	0,0
	Batata-inglesa	2	0,0	0	0,0
	Melão	20	0,0	0	0,0
	Total	213.578	66,2	295.241	73,1
Total das Lavouras		322.636	100,0	403.710	100,0

Fonte: IBGE/ Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, 2007 (apud BNDES, 2007, p. 14).

A produção de mel de abelha e a criação de aves são muito expressivas em Sergipe. A avicultura é uma atividade de grande importância, tendo o efetivo de galinhas crescido mais de 86% entre 2000 e 2007. A codorna foi o rebanho que sofreu maior redução no período de 2000 a 2007.

Entre os produtos de origem animal, merece destaque a produção de mel de abelha que apresentou um crescimento de mais de 300% entre 2000 e 2007. A redução no efetivo de codorna provocou um decréscimo de mais de 40% na produção de ovos de codorna.

Tabela 5: Efetivos Pecuários e Produção de Origem animal – Sergipe – 2000 e 2007.

Variável	Rebanho/ Produto	2000	2007	Varição 2007/2000 (%)
Efetivo	Galinhas	869.044	1.618.021	86,2
	Galos,frangas,frangos e pintos	2.797.900	4.612.056	64,8
	Bubalino	231	380	64,5
	Caprino	11.735	17.972	53,1
	Ovino	96.422	147.102	52,6
	Bovino	879.730	1.073.692	22,0
	Asinino	9.765	11.445	17,2
	Muar	15.604	17.948	15,0
	Suíno	91.370	97.524	6,7
	Eqüino	66.385	68.503	3,2
	Codornas	45.384	19.235	-57,6
Produção de origem animal	Mel de Abelha (quilogramas)	17.806	75.522	324,1
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	7.578	22.577	197,9
	Leite (mil litros)	115.142	251.624	118,5
	Ovos de codorna (mil dúzias)	210	123	-41,4

Fonte: IBGE/ Pesquisa Pecuária Municipal – PPM, 2000 e 2007 (apud BNDES, 2007, p. 15).

A produção de lavouras temporárias era a atividade econômica que mais empregava formalmente no setor agropecuário de Sergipe (5.921), em 2008. Logo em seguida, vinha a pecuária e a produção de lavouras permanentes, que empregavam 3.705 e 1.448 trabalhadores, respectivamente. Apesar de ser de conhecimento geral que existem muitas famílias dependentes da pesca, formalmente apenas 10 pessoas trabalhavam na atividade em 2008.

Tabela 6: Número de trabalhadores formais na agropecuária, Sergipe – 2008.

Grupo de Atividade Econômica	Total
Produção de Lavouras temporárias	5.921
Pecuária	3.705
Produção de lavouras permanentes	1.448
Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós colheita	1.221
Aqüicultura	180
Horticultura e floricultura	128
Produção de Sementes e mudas certificadas	22
Pesca	10
Atividades de apoio à produção florestal	1
Total	12.636

Fonte: RAIS, 2008 (apud BNDES, 2007, p. 16).

6.2.2. As Atividades Industriais

Em 2006, as indústrias extrativas, com forte destaque para a extração de petróleo e serviços relacionados representavam 44,5% do VTI da Indústria Geral de Sergipe. As indústrias de transformação respondiam pelos demais 55,5% (ver tabela 9). Quatro são os segmentos de maior importância na geração do VTI da indústria de transformação de Sergipe: Produtos alimentícios e bebidas, Produtos químicos, Produtos minerais não-metálicos e Produtos têxteis e de confecção. Todavia, novas atividades têm aumentado a participação e passaram a apresentar peso significativo na estrutura industrial, como as de fabricação de produtos de metal, a fabricação de calçados e couros e a produção de máquinas e equipamentos.

Tabela 7: Indústria geral de Sergipe: Valor transformação industrial em 2006
(R\$ mil e %)

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	R\$ mil	Part. (%)
Indústria Geral	2.725.355	100,0%
Indústrias extrativas	1.212.627	44,5%
Extração de petróleo e serviços relacionados	1.208.302	44,3%
Indústrias de transformação	1.512.728	55,5%
Produtos alimentícios e bebidas	380.990	14,0%
Produtos químicos	309.595	11,4%
Produtos de minerais não-metálicos	287.832	10,6%
Produtos têxteis e confecções	193.892	7,1%
Produtos de metal – exceto máquinas e equipamentos	95.042	3,5%
Preparação de couros e artefatos de couro, artigos de viagem	91.883	3,4%
Máquinas e equipamentos	57.451	2,1%
Demais setores	123.203	4,5%

Fonte: PIA/IBGE (apud BNDES, 2007, p. 17).

Entre 2000 e 2008, todos os subsetores da indústria sergipana apresentaram crescimento no número de trabalhadores formais. Em 2008, o subsetor que mais empregava era a construção civil, que contava com 20.997 empregados. Vale ressaltar que, no período de 2000 a 2008, o número de empregos formais deste subsetor quase dobrou.

Na indústria de transformação, o segmento responsável pelo maior número de empregos formais, em 2008, era a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico. Entre 2000 e 2008, aumentou em quase 1/4 o número de funcionários.

A indústria mecânica merece destaque, por ter ganho uma significativa importância entre 2000 e 2008, passando de 88 funcionários para 1.181, como mostra a tabela 8.

Tabela 8: Pessoal ocupado em atividades industriais – Sergipe – 2000 e 2008.

Subsetor de Atividade Econômica	2008	2000	Variação 2008/2000 %
Construção Civil	20.997	11,031	90,3
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	10.452	8.474	23,3
Indústria Têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	6.752	5.404	24,9
Extrativa mineral	4.537	1.287	252,5
Indústria de produtos minerais não metálicos	4.516	2.875	57,1
Serviços Industriais de utilidade pública	3.743	3.024	23,8
Indústria de calçados	3.364	765	339,7
Ind. Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria.	2.477	1.486	66,7
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1.457	718	102,9
Indústria da madeira e do mobiliário	1.397	977	43,0
Indústria metalúrgica	1.184	706	67,7
Indústria mecânica	1.181	88	1242,0
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas.	762	437	74,4
Indústria do material de transporte	562	279	101,4
Indústria do material elétrico e de comunicações	161	114	41,2
Total	63.542	37.665	68,7

Fonte: RAIS, 2008 (apud BNDES, 2007, p. 18).

6.2.3. As Atividades de Serviços

Entre 2000 e 2008, todos os subsectores de serviços e comércios apresentaram crescimento no número de trabalhadores formais. Em 2008, o subsector que mais empregava era a Administração pública direta e autárquica, que contava com 111.978 empregados. Vale ressaltar que, no período de 2000 a 2008, o número de empregos formais deste sub-setor cresceu mais de 40%.

As outras atividades que merecem destaque são as relacionadas ao comércio varejista, ao comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos e ao serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação que eram responsáveis pela geração de 42.227, 21.763 e 21.463 dos empregos formais do estado, em 2008.

Tabela 9 : Pessoal ocupado em atividades industriais – Sergipe – 2000 e 2007.

Subsetor de Atividade Econômica	2008	2000	Varição 2008/2000 (%)
Administração pública direta e autárquica	111.978	79.133	41,5
Comércio varejista	42.227	26.288	60,6
Com. E administração de imóveis, valores mobiliários, serv. Técnico...	21.763	13.767	58,1
Serv. De alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação.	21.463	13.402	60,1
Ensino	13.793	7.376	87,0
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	11,161	7.422	50,4
Transportes e comunicações	10.212	7.798	31,0
Comércio atacadista	6.447	2.875	124,2
Instituições de crédito, seguros e capitalização	3.883	2.955	31,4
Total	242.927	161.016	50,9

Fonte: RAIS, 2008 (apud BNDES, 2007, p. 19).

6.2.4. As Micro, Pequenas e Médias Indústrias

Dois estudos sobre micro, pequenas e medias empresas em Sergipe são relevantes. O estudo de Farias (2000) merece destaque por ser o pioneiro sobre micro e pequenas indústrias do Vale do São Francisco sergipano. Esta autora realizou 31 entrevistas, em 15 municípios da região, sendo sujeitos da pesquisa os empresários da região. A pesquisadora apresentou um diagnóstico sobre as indústrias e seus dirigentes, além de analisar as perspectivas de crescimento e impactos que estas empresas causam no meio ambiente.

As conclusões foram:

- a) os empresários desta região, quase na sua totalidade, pertencem ao gênero masculino, seu nível de escolaridade é do ensino médio, a maioria ainda não participou de nenhum treinamento empresarial e todos nasceram no município onde atuam;
- b) as micro e pequenas indústrias da região se enquadram em ramos tradicionais, são empresas familiares, possuem problemas relacionados às finanças e vendas, sua produção se volta para o consumidor final, são centralizadas, não obedecem aos aspectos legais referentes ao registro do empregado e à segurança do trabalho,

e seu mercado comprador se estende a Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia;

- c) as perspectivas de crescimento destas indústrias são boas, pois, mesmo com a retração do crescimento econômico no país, a maioria das indústrias adquiriu novas máquinas, ampliou suas instalações físicas, e aumentou o número de empregados, além de introduzir novos produtos;
- d) a percepção dos empresários em relação ao crescimento das suas indústrias contraria os indicadores de crescimento do estudo, pois, enquanto estes empresários, na sua maioria, não percebem perspectivas de crescimento, os índices utilizados para a análise do crescimento das indústrias se apresentam, de uma forma geral, positivos.
- e) os empresários da região não percebem a significância da palavra meio ambiente e das suas dimensões físicas e/ou natural, econômica, tecnológica e, sobretudo, social.

O estudo de Teixeira e Barbosa (2002) realizou-se em pequenas e médias indústrias e a sua importância prende-se ao fato de poder ser considerado referência no estado quanto às práticas de gestão nestas empresas.. As autoras aprofundaram o enfoque da sua pesquisa nas tecnologias de gestão das pequenas e médias indústrias de Sergipe, sendo seus objetivos:

- a) definir o perfil dos empresários das pequenas e médias indústrias de Sergipe;
- b) identificar quais as práticas que essas empresas adotam para gerenciar suas áreas operacionais e de apoio;
- c) analisar as novas dimensões que integram a gestão contemporânea, como a relação da empresa com o meio ambiente, inovação tecnológica, desenho organizacional, o processo de tomada de decisão e de sucessão, além do envolvimento que estas empresas têm com a comunidade.

Esse estudo apontou os seguintes resultados; pode-se destacar seguinte perfil para estes empresários: gênero masculino, faixa etária entre 40 a 59 anos, nascidos no estado de Sergipe, agem, via de regra, informalmente e de forma centralizadora, tomam todas as decisões e controlam pessoalmente todas as áreas

da empresa. O gerenciamento dos recursos produtivos evidenciou que as empresas de menor porte têm sua inovação tecnológica emperrada em virtude de dificuldades relacionadas ao crédito e porque o pequeno empresário tem receio de se endividar. As práticas gerenciais de *marketing*, nos últimos 20 anos, não apresentam grandes avanços, e não há investimento substancial na adoção de novas técnicas que lhes garantam a posição no mercado.

A gestão contábil-financeira se desenvolve segundo padrões tradicionais, apenas a utilização de tecnologias de informação se destaca no sentido de agilizar as informações contábeis. Por fim, a gestão de recursos humanos apresentou poucas modificações nos últimos anos, efetuando apenas um controle burocrático das atividades de pessoal.

Os estudos apresentados neste capítulo são relevantes para esse trabalho, pois possibilitam um conhecimento mais profundo sobre o setor agroindustrial no país e em Sergipe.

7. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foram levantadas algumas questões que suscitam debates. Em virtude da natureza técnica do texto, cujo direcionamento converge esforços para a discussão de um principal tema, passagens inconclusivas tiveram tratamento reduzido, dada a exigüidade de espaço e tempo do presente contexto, sem prejuízo para o conjunto da obra. Durante todo o texto, apresentamos correntes e teorias nem sempre convergentes, visando enriquecer as discussões no trabalho. Através de análise lógica dedutiva, chegamos a algumas conclusões acerca dos principais pontos abordados, o que, evidentemente, não exaure a discussão sobre o assunto.

A dimensão econômica do desenvolvimento requer um contínuo crescimento do Produto Interno Bruto, da renda (e sua distribuição) e da produtividade em uma economia. Para que se alcance a combinação de tais fatores, como demonstra a experiência internacional em diversos países, é necessária a ocorrência de alguns fenômenos, entre os quais se destacam o crescimento em Infra-estrutura, indústria de transformação (indústria de base) e educação. Tais fenômenos encontram-se conectados por sua viabilização se dar, unicamente, através do Investimento.

O investimento situa-se no cerne do desenvolvimento econômico, através da mobilização de recursos de poupança e sua canalização para a viabilização de projetos estruturadores responsáveis por transformações e pelo desenvolvimento em uma economia. Eis que se apresenta então questão central no seio da discussão sobre desenvolvimento econômico. A poupança privada (e o investimento privado) não está disponível em volumes, preços (custos) e prazos (*payback*) compatíveis com a demanda existente por esses recursos nas economias em desenvolvimento, em razão da alta elasticidade-preço verificada em função dos riscos-retornos avaliados pelo investidor privado. Do que se depreende que o mercado de crédito (idem de capitais) privado, *ex-ante*, não é, sozinho, suficiente para promover o equilíbrio dos fatores, e conseqüentemente, alocar otimamente os recursos necessários à viabilização dos investimentos requeridos ao desenvolvimento econômico.

O raciocínio corolário ao problema constatado, respaldado na experiência internacional, aponta para necessidade da participação do Estado na economia, na

proporção direta dos investimentos necessários ao desenvolvimento, e que não atraíram, via mercado, recursos privados suficientes para se viabilizarem, a exemplo dos projetos de infra-estrutura. Além disso, outra questão se apresenta central para o tema. Além da quase inexistente vocação dos capitais privados para investimento em projetos estruturantes, em razão do seu nível de atratividade, como já foi descrito, verifica-se freqüentemente nas economias forte tendência de concentração local de capitais e empreendimentos privados, nos pólos ou regiões mais dinâmicas, em razão das sinergias proporcionadas pelas diversas economias de escala, escopo e aprendizagem, em detrimento das regiões menos favorecidas (geograficamente, recursos naturais, condições de realização de negócios, educação, etc.), engendrando uma lógica perversa que retroalimenta esse ciclo e aprofunda as desigualdades entre esses locais.

Tal lógica, contrária à busca pelo desenvolvimento, enseja novamente a necessidade da ação estatal, a curto, médio e longo prazos, como elemento de diminuição das disparidades regionais, transformando as regiões menos favorecidas em mais propícias ao desenvolvimento, possibilitando que se tornem sustentáveis. Desse argumento, entre outras razões, nasceram as políticas públicas que culminaram na experiência das instituições de fomento, tais quais os Bancos de Desenvolvimento.

Em todo o mundo, a intervenção estatal através de bancos de desenvolvimento, com a disponibilidade de crédito para setores estratégicos regionais, possibilitou a modificação da estrutura organizacional das economias européias desde a segunda metade do século XIX. No Brasil, que sempre possuiu disparidades regionais, em decorrência da extensão do seu território e das diferenças de solo e clima, a partir do contexto político-econômico do Governo Vargas, criou-se o arcabouço institucional que viabilizou a criação de órgãos com a mesma finalidade, entre os quais destacamos o BNDES, o BNB, a SUDENE e a SUDAM.

Tais instrumentos, através da ação de crédito produtivo subsidiado e assessoria técnica especializada, constam responsáveis por significativos incrementos nos indicadores de desenvolvimento verificados na região Nordeste na segunda metade do século XX, alterando sua estrutura econômica. A região, antes fundada na monocultura agrária, diversificou sua produção agrícola, fortificou sua indústria, e ampliou o setor de serviços. Como banco de desenvolvimento, o BNB,

por meio do conjunto de suas ações, vem promovendo o desenvolvimento econômico da Região Nordeste, ao mesmo tempo em que a aproxima dos indicadores das regiões mais desenvolvidas do país.

O estado de Sergipe, analisado no trabalho, possui economia fortemente industrializada, alguns indicadores de desenvolvimento superiores à média nacional, e setores da economia com crescimento acelerado, a exemplo das micro e pequenas indústrias. A partir de uma verificação dos setores produtivos mais ou menos dinâmicos da economia sergipana, suas potencialidades e lacunas, abrem-se perspectivas de estudo do desenvolvimento sob o prisma tanto macroeconômico, na forma de planejamento e decisão em políticas públicas, inclusive crédito produtivo subsidiado, sob o enfoque microeconômico, na forma de oportunidades e desafios para o mercado de crédito bancário em geral, e crédito bancário público em particular.

Na esteira de todo o argumento empregado no texto, repousa a idéia central do desenvolvimento econômico a partir da indução, via mercado de crédito em geral (e mercado de crédito público em particular, via mecanismo de preços – financiamento produtivo subsidiado), da competitividade dos setores produtivos menos dinâmicos da economia, e do fortalecimento, através da mesma via, dos setores produtivos mais desenvolvidos. Tais idéias ensejam a expectativa do reforço da atuação da banca pública ora existente no país, seja através da sua capitalização, seja através da ampliação do seu escopo de atuação, concluimos imprescindível para qualquer projeto de desenvolvimento econômico nacional, a existência de um mercado público ofertante de crédito produtivo, auto-sustentável, como alavanca financeira a atender aos anseios de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDE – Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento.
Disponível em: < <http://www.abde.org.br/>>. Acesso em: 25 maio 2010.

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de (Org). **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 2005.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.14, p. 35-74. dez. 1996.

ANDRADE, José Célio Silveira; MARINHO, Márcia Mara de Oliveira; KIPERSTOK, Asher. Uma política nacional de meio ambiente focada na produção limpa: elementos para discussão. **Bahia Análises & Dados**. Salvador, v. 10, n. 4, p. 326-332, mar. 2001.

ANDRADE, Otávio Bernardes de; TACHIZAWA; Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiris de. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Makron Books, 2000.

BNDES. **Nota Técnica 04: análise do balanço de pagamentos e a importância das APLS no fluxo de comércio - Sergipe**. Sergipe, 2007.

BNB. **Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas**. Fortaleza: BNB, 1999.

CARVALHO, Tepassê. **Ativos do BNB e do FNE de 1994 a 2003**. [Fortaleza], 2008.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004. 382p.

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2001. v.1.

BELIK, W et al. Delimitação conceitual da agroindústria e evidências empíricas para o estado de São Paulo. In: MONTOYA, M. A.; PARRÉ, J. L. (Orgs.). **O agronegócio brasileiro no final do século XX**. Passo Fundo: UPF, 2000. v. 2. p. 57-79.

BELISÁRIO, J. S. A agroindústria familiar. In: SIMPÓSIO “A agricultura capixaba no limiar do século xxi – ameaças e oportunidades”, 2.,1998, Vitória. **Anais...** Vitória: SEEA, 1998. p. 171.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. **Gestão de recursos naturais**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000.

BOISER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.13, p.111-147, dez. 1996.

BRASIL.**Ministério da Integração Nacional**. Home page. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2010.

BROW, J. G. Aperfeiçoamento das agroindústrias nos países em desenvolvimento. **Finanças e Desenvolvimento**, Washington, v. 6, n. 2, jun. 1986.

CASTRO, A. M. G.; COBBE, R. V.; GOEDERT, W. J. **Prospecção de demandas tecnológicas**: manual metodológico para o SNPA. Brasília: Embrapa/DPD, 1995.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira. (Orgs.) **Avaliação e perícia ambiental**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, Genebaldo Freire. **Iniciação à temática ambiental**. São Paulo: Gaia, 2002.

FALCÓN, M. L.; MELO, R. O. L. de. **Distrito Industrial de Tobias Barreto/SE**. Aracaju: SEBRAE/UFS, 2000.

FARIAS, J. S. **Micro e pequenas indústrias do vale do São Francisco sergipano: perfil, perspectivas de crescimento e percepção dos empresários quanto aos impactos ambientais**. 2000. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento e Meio Ambiente), Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semi-Árido, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.

GOEDERT, W. et al. Prospecção de demandas tecnológicas de sistemas naturais. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 19., 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP/PGT/FIA/PACTo, 1996.

GOMES, M. F. M. et al. **Análise prospectiva do complexo agroindustrial de suínos no Brasil**. Concórdia: EMBRAPA, CNPSA, 1992.

LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

LOPES, E. S. A. Estrutura agrária e produção de alimentos em Sergipe. In: SILVA, N. P. da, HANSEN, D. L. (Org.). **Economia regional e outros ensaios**. Aracaju: UFS, 2001. p. 293-332.

MELLO, S. de A. e. Responsabilidade social e sustentabilidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 set. 2002.

MELO, R. O. L. de. Geração de emprego e renda. In: LIMA, J. F. de, NASCIMENTO, A. (Orgs.). **Fórum Pensar Sergipe: políticas públicas**. São Cristóvão: UFS, 2000. v. 2, p. 23-44.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em:
<<http://www.integracao.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2010.

MOURA, Luiz Antônio Asdala de. **Qualidade e gestão ambiental: sugestões para implantação das normas 14.000 nas empresas**. 2. ed. São Paulo: Juyarez de Oliveira, 2000.

OLIVEIRA, Clonilo Moreira Sindeaux; VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Desenvolvimento regional: 50 anos do BNB**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.

OLIVEIRA, Meire Jane Lima de; GHIRARDI, André Garcez. Comércio exterior e meio ambiente: o caso da Bahia Sul Celulose. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.10, n. 4, p. 310-319, mar., 2001.

RENCK, Lauro. 1996, p. 12-15

SAMPAIO, A. V. **A agroindústria e a geração de emprego no município de Vera Cruz, Estado de São Paulo**. 1995. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1995.

SANTOS, Ana Cristina M. **A educação ambiental e a construção da participação popular: uma abordagem da gestão dos recursos hídricos**. Salvador: UNEB, 2003.

SEBRAE. **Manual meio ambiente e pequena empresa: a questão ambiental e as empresas**. Brasília: 1998.

SEBRAE. **Iniciando gestão ambiental: em micro e pequenas empresas - manual**. Brasília: 2000.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação. **Ações prioritárias para o desenvolvimento da fruticultura em Sergipe**. Aracaju, 2001. 125 p.

SILVA, N. P. da. Sergipe: formação econômica. In: SILVA, N. P. da, HANSEN, D. L.(Org.). **Economia regional e outros ensaios**. Aracaju: UFS, 2001. p. 293-332.

SILVEIRA, J. D., LEITE, P. S. **Estudos sobre a agroindústria no nordeste: a agroindústria de produtos alimentares**. Fortaleza: Secretaria Nacional de Irrigação, BNB/ETENE, 1990, v. 6.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, R. M.; BARBOSA, J. D. **Pequenas e médias indústrias de Sergipe: um diagnóstico de gestão**. Aracaju: Sebrae, 2002.

VALE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: ISO 14000**. 4. ed. São Paulo :SENAC, 2002.

VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 11-23, 1998.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. **Organizações Rurais e Agroindústrias**, Lavras, v.1, n.1, jan/jun. 1999.

ZAGUETO, Valter. **Inserção de variáveis ambientais no processo de crédito do bancos que atuam no Brasil**. 2002. (Dissertação) Universidade de Santa Catarina. Pós-graduação em Engenharia da Produção, 2002. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/9120.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2009.